



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PROPAD)

FRANCILENE CARDOSO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA “UFRR COMUNIDADE” PARA
A RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA DA
INSTITUIÇÃO**

Recife

2025

FRANCILENE CARDOSO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA “UFRR COMUNIDADE” PARA A
RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA DA INSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Organização e Sociedade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jackeline Amantino de Andrade

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Francilene Cardoso da.

Contribuições do Programa "UFRR Comunidade" para a
responsabilidade social universitária da instituição / Francilene
Cardoso da Silva. - Recife, 2025.

94f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação
em Administração-PROPAD, 2025.

Orientação: Prof.^a Dr^a Jackeline Amantino de Andrade.

1. Responsabilidade social universitária; 2. Extensão
universitária; 3. UFRR; 4. Programa UFRR Comunidade: pessoas
refugiadas e migrantes. I. Andrade, Jackeline Amantino de. II.
Título.

UFPE-Biblioteca Central

FRANCILENE CARDOSO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA “UFRR COMUNIDADE” PARA
A RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA DA
INSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Organização e Sociedade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 30/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jackeline Amantino de Andrade. UFPE (Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a. Carla Regina Pasa Gómez. UFPE (Examinador Interno)

Prof. Dr. Silas Dias Mendes Costa. UFRR (Examinador Externo)

Recife
2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza e fonte de sabedoria e inspiração, meu mais profundo agradecimento. Sua presença foi essencial em todos os momentos desta jornada.

Aos meus filhos, Ana Gabriela Cardoso Pereira, Antonio Eduardo Cardoso Pereira e Samuel Cardoso Pereira por serem meu maior incentivo e razão para seguir adiante, mesmo nos dias mais difíceis. Aos meus pais, Antonio Cardoso e Maria da Paz Silva Cardoso, pelo amor incondicional, apoio e ensinamentos.

À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por disponibilizar este curso de mestrado, por meio da parceria firmada com a UFRR, e à Universidade Federal de Roraima (UFRR), por tornar possível minha participação nesta formação, sou profundamente grata.

À minha orientadora, Professora Dra. Jackeline Amantino de Andrade, agradeço pela condução segura, dedicação e orientação, sua sensibilidade e comprometimento foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Professora Prof.^a Dr^a Carla Regina Pasa Gómez, Vice Coordenadora do Programa de Mestrado em Administração da UFPE, deixo meu agradecimento especial pelo apoio prestado nos momentos difíceis no decorrer do curso. Sua disponibilidade e empatia foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente.

Aos técnicos e colegas de mestrado, agradeço pelas trocas e aprendizados compartilhados. Um agradecimento especial ao colega Paulo César Reis da Silva, pelo apoio constante, e aos colegas de trabalho Selmar de Souza Almeida Levino, Cladeilson Sousa Oliveira e Paola Beatriz Frota Almeida, pelo suporte ao longo deste percurso.

Aos professores e voluntários do Programa que gentilmente se dispusera a participar das entrevistas, minha sincera gratidão pela contribuição valiosa a esta pesquisa.

A cada pessoa que, de alguma forma, caminhou ao meu lado nesta trajetória, deixo aqui o meu muito obrigado.

RESUMO

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) é um conceito referente ao compromisso ético, político e social das instituições de ensino superior com a sociedade. Ela vai além da simples prestação de serviços à comunidade, propondo uma reorientação do papel da universidade como agente ativo na transformação social. O fortalecimento da responsabilidade social nas Instituições de Ensino Superior é impulsionado pelas diretrizes do SINAES, consolidando uma cultura de compromisso ético e cidadão. A presente pesquisa analisa as contribuições do programa de extensão “UFRR Comunidade: Pessoas Refugiadas e Migrantes” para a efetivação da responsabilidade social universitária (RSU) na Universidade Federal de Roraima (UFRR), à luz das diretrizes do SINAES e dos marcos teóricos de autores como Calderón (2006), Vallaeys (2006, 2009, 2014), Eidt e Calgaro (2021). Inserido no contexto da migração forçada de venezuelanos para Roraima, o estudo busca compreender como a universidade pública se articula socialmente por meio da extensão. A pesquisa é qualitativa, com uso de entrevistas estruturadas e análise de conteúdo conforme Bardin (2016). As análises indicam que o programa fortalece a função social da universidade, promove a inclusão e desenvolve competências acadêmicas e sociais entre os envolvidos. Os resultados reforçam que a extensão, quando ancorada no diálogo com a comunidade e sustentada por práticas participativas, contribui para uma universidade mais democrática, comprometida com a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Universitaria; Extensão Universitária; UFRR; Programa UFRR Comunidade: Pessoas Refugiadas e Migrantes

ABSTRACT

University Social Responsibility (USR) is a concept that refers to the ethical, political and social commitment of higher education institutions to society. It goes beyond simply providing services to the community, proposing a reorientation of the university's role as an active agent in social transformation. The strengthening of social responsibility in Higher Education Institutions is driven by SINAES guidelines, consolidating a culture of ethical and civic commitment. This research analyzes the contributions of the extension program “UFRR Community: Refugees and Migrants” to the implementation of university social responsibility (RSU) at the Federal University of Roraima (UFRR), in light of the SINAES guidelines and the theoretical frameworks of authors such as Calderón (2006), Vallaes (2006, 2009, 2014), Eidt e Calgaro (2021). Inserted in the context of the forced migration of Venezuelans to Roraima, the study seeks to understand how the public university articulates itself socially through extension. The research is qualitative, using structured interviews and content analysis according to Bardin (2016). Analyses indicate that the program strengthens the social function of the university, promotes inclusion and develops academic and social skills among those involved. The results reinforce that extension, when anchored in dialogue with the community and supported by participatory practices, contributes to a more democratic university, committed to social justice and sustainable development.

Keywords: University Social Responsibility; University Extension; UFRR; UFRR Community Program: Refugees and Migrants

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Perspectivas da Responsabilidade Social	22
Quadro 2 -	Eixos e temáticas no autodiagnostico da RSU.....	28
Quadro 3 -	Eixos e Dimensões de Avaliação-SINAES.....	30
Quadro 4-	Atividades Vinculadas Ao Programa UFRR Comunidade Em 2022.....	42
Quadro 5 -	Documentos Coletados.....	46
Quadro 6-	Perfil Entrevistados.....	46
Quadro 7-	Etapas da Análise de conteudo.....	75
Quadro 8-	Análise SWOT do Programa UFRR Comunidade.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PRAE	Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	OBJETIVO	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos Específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA.	16
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
2.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL	19
2.2	RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITARIA.	23
2.3	SINAES.....	29
2.4	HISTORICO E CONTEXTO ATUAL DA EXTENSÃO.....	31
2.4.1	A UFRR E A EXTENSÃO.....	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	40
3.1.2	CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA “ UFRR COMUNIDADE”	41
3.2	COLETA DE DADOS	44
3.3	ANÁLISE DE DADOS.....	46
4	RESULTADOS	49
4.1	PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES E ORGANIZADORES	49
4.2	PERCEPÇÃO DOS VOLUNTARIOS E ESTUDANTES	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
5.1	IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA PESQUISA	82
5.2	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	82
5.3	RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	82
	REFERÊNCIAS.	84

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	95
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	96

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos o fenômeno central da pesquisa, a problemática que nos despertou interesse de investigação, nosso objeto de estudo, o problema de pesquisa observado e os direcionamentos derivados dele: como o objetivo geral, objetivos específicos e justificativa do estudo. O tema desta pesquisa é apresentado de forma concisa, bem como os argumentos que a motivaram e a sua relevância para a compreensão dos principais aspectos relacionados às contribuições do Programa de Extensão “UFRR Comunidade” e seu impacto na responsabilidade social universitária da UFRR.

O ato migratório é comum à espécie humana desde suas origens nômades, há cerca de 2 milhões de anos na África Oriental, e atualmente, o fenômeno se faz mais presente, por um lado, o nascimento de um mundo globalizado onde a movimentação de pessoas, informações e objetos se intensificou produzindo sociedades mais conectadas (URRY, 2012; SELLER; URRY, 2006), por outro lado a intensificação de migrações provocadas por crises no país de origem. As motivações para a migração são variadas, podendo ser voluntárias ou forçadas, e estão ligadas a fatores sociais, políticos, religiosos, afetivos, além das questões econômicas e ambientais, que também influenciam o deslocamento humano atualmente.

Para Campos (2017, p.253), “migração é uma mudança permanente de residência entre locais distantes” e para que a mobilidade do indivíduo seja categorizada como migração, é necessário que sejam estabelecidos critérios temporais e espaciais. Na dimensão temporal, é essencial que o indivíduo resida no local de destino por um determinado período para que então sua mudança seja classificada como migração. Na dimensão espacial, certos critérios são considerados, sendo o cruzamento de uma fronteira político-administrativa o principal.

Devido à crise política, econômica e social que a Venezuela vem enfrentando, o acesso à alimentação, moradia, emprego e saúde de milhões de venezuelanos, vêm sendo limitado substancialmente. Como consequência, iniciou-se um fluxo migratório venezuelano massivo, particularmente em direção aos demais países da região latino-americana, que se deu especialmente a partir de meados de 2015, intensificando-se em 2017 e atingindo picos em 2019. Este fluxo migratório marcado fortemente pela realidade social, política e econômica na origem e condição decisiva para o deslocamento da

população, o classifica como migração forçada, de sobrevivência ou de crise (Clochard, 2007).

Como consequência do agravamento dessa crise econômica e social na Venezuela, a vinda de cidadãos venezuelanos para o Brasil tem crescido maciçamente nos últimos anos. Entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. A maioria dos migrantes entra no País pela fronteira norte do Brasil, no Estado de Roraima, e se concentra nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado, devido à proximidade geográfica com a Venezuela.

Para acolher parte dessa população, 11 abrigos oficiais foram criados em Boa Vista e dois em Pacaraima. Eles são administrados pelas Forças Armadas e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Mais de 6,3 mil pessoas, das quais 2,5 mil são crianças e adolescentes, vivem nos locais. Estima-se que quase 32 mil venezuelanos morem em Boa Vista. Projeções das autoridades locais e agências humanitárias apontam que 1,5 mil venezuelanos estão em situação de rua na capital, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade.

Dados de outubro de 2020 da Plataforma R4V (R4V, 2020), a América Latina abriga 4,6 milhões dos 5,5 milhões de pessoas que já deixaram a Venezuela. Os países da região abrigam, portanto, aproximadamente 84% dos migrantes e refugiados venezuelanos no mundo. Ainda de acordo com a Plataforma, o Brasil é o quinto país que mais acolhem venezuelanos, totalizando 262.500 pessoas residindo em território nacional. Efetivamente, trata-se de um número expressivo, mas que representa, por exemplo, apenas 15% do total de venezuelanos acolhidos pela Colômbia (BANCO MUNDIAL, 2020), um país demograficamente menos populoso que o Brasil.

Conforme dados divulgados na última edição do relatório “Refúgio em Números”, apenas em 2023, no Brasil, foram feitas 58.3628 solicitações da condição de refugiado, provenientes de 150 países. As principais nacionalidades solicitantes em 2022 foram venezuelanas (50,3%), cubanas (19,6%) e angolanas (6,7%). Em 2023, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu 77.193 pessoas como refugiadas. Do total, 72% das solicitações apreciadas pelo Conare foram registradas nas Unidades da Federação (UFs) que compõem a região norte do Brasil. O estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE em 2023 (51,5%),

seguido por Amazonas (14,2%) e São Paulo (7,5%).

Atualmente, há 7.484 migrantes abrigados nos espaços geridos pela operação Acolhida. A Agência da ONU para as Migrações (OIM) atua em apoio o governo do Brasil nas ações da Operação Acolhida e faz o mapeamento mensal deles em Roraima. Um desses estudos mostra que há no estado 1.725 pessoas venezuelanas em situação de rua ou fora dos abrigos, conforme o dado mais recente, de janeiro de 2024.

No que tange às leis e políticas públicas de proteção ao imigrante e refugiado, o Brasil possui em seu ordenamento jurídico a Lei de Migração 13.445 de 2017, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. E a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 que estabelece medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa investiga como a Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio do programa de extensão "UFRR Comunidade", operacionaliza sua responsabilidade social universitária (RSU) em um contexto de crise humanitária. Ao focar no atendimento a migrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista Roraima, o estudo examina os limites e as possibilidades da extensão universitária como prática transformadora.

Segundo Dias Sobrinho (2008), A responsabilidade social de uma IES diz respeito, fundamentalmente, ao cumprimento de suas finalidades e de seus objetivos essenciais (formação, o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, o aprofundamento dos valores primordiais da vida em sociedade), com qualidade e existência de sentido social e público. Assim, a IES deve refletir e entender o seu relacionamento com a sociedade e não ser indiferente ao que ocorre em sua adjacência.

Conforme Vallaes (2006), a instituição deve refletir sobre si mesma, no contexto do seu entorno social, por meio da análise de sua responsabilidade e sua fração de culpabilidade nos problemas enraizados da sociedade. Darcy Ribeiro já enfatizava em sua obra *A universidade necessária*, que a universidade “é chamada a representar um papel social que lhe exige um grau máximo de dedicação aos problemas da sociedade

que a mantém” (Ribeiro, 1969, p. 140).

O debate sobre RSU, embora consolidado em marcos legais e normativos como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ainda precisa de aprofundamentos críticos no Brasil, especialmente no que diz respeito à articulação entre a missão institucional e os efeitos concretos das ações universitárias na sociedade. A RSU, mais do que um dispositivo avaliativo, deve ser compreendida como um compromisso ético-político que tensiona as finalidades da universidade pública frente às contradições sociais de seu tempo (Vallaey, 2014; Chauí, 2003; Serva; Dias, 2016).

A extensão universitária, como função indissociável do ensino e da pesquisa, desempenha um papel estratégico na aproximação entre a universidade e os diversos segmentos sociais. Conforme estabelece o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX), a extensão deve promover a interação dialógica com a sociedade, contribuindo para o enfrentamento de desigualdades, o fortalecimento da cidadania e a democratização do conhecimento.

Nesse sentido a universidade pública deve ser vista como aquela que favorece o desenvolvimento econômico e práticas de justiça social, sendo a responsabilidade social universitária uma prática que reforça sua inserção na comunidade favorecendo à cidadania. Como o lugar de formação de seus cidadãos, as atividades de extensão da universidade contribuem para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a conscientização da comunidade, promovendo o diálogo construtivo por meio de um compromisso com o bem-estar social e a qualidade de vida, de modo a impactar a sociedade como um todo e, especialmente a vida dos migrantes venezuelanos que atualmente residem na capital do Estado, foco do Programa de extensão “UFRR Comunidade”.

O estado de Roraima tornou-se, a partir de 2015, um dos principais destinos da migração forçada proveniente da Venezuela, em razão da grave crise política, social e econômica instalada no país vizinho. O fluxo migratório intensificou-se sobretudo entre 2016 e 2018, período marcado por instabilidade institucional, hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, colapso dos serviços básicos e violação de direitos humanos.

De acordo com dados da Plataforma R4V (ACNUR e OIM), mais de 7 milhões de venezuelanos já deixaram o país, sendo que o Brasil abriga aproximadamente 500 mil, dos quais cerca de 200 mil vivem em Roraima, especialmente na capital Boa Vista. Esse

contingente expressivo impacta diretamente a dinâmica social, econômica e urbana do estado, exigindo respostas articuladas do poder público, da sociedade civil e das instituições de ensino superior.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Roraima (UFRR), sensível à sua função social e ao papel de integração regional, estruturou uma série de ações voltadas ao acolhimento, integração e capacitação de migrantes e refugiados. Em 2017, firmou parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e criou a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com o objetivo de difundir o Direito Internacional dos Refugiados e inserir a temática na agenda acadêmica. Como desdobramento dessas iniciativas, em 2022 foi criado o Programa de Extensão “UFRR Comunidade: Pessoas Refugiadas e Migrantes”, com vigência prevista até 2027. O programa reúne projetos interdisciplinares de alfabetização e ensino de português, formação profissional e tecnológica, saúde, gênero e sustentabilidade, todos alinhados à Política Nacional de Extensão Universitária e à Operação Acolhida, coordenada pelo governo federal em Boa Vista.

O UFRR Comunidade busca, portanto, promover a integração social, cultural e econômica dos migrantes e refugiados venezuelanos, ao mesmo tempo em que fortalece a formação cidadã e acadêmica de estudantes e docentes envolvidos. Trata-se de um espaço institucional que materializa a responsabilidade social universitária, respondendo de maneira concreta a um dos maiores desafios humanitários contemporâneos enfrentados pelo Brasil.

Partindo do pressuposto de que a extensão universitária favorece a responsabilidade social das instituições — ao promover a interação entre universidade e sociedade e ao difundir, para além dos seus muros, conhecimentos e recursos produzidos no âmbito acadêmico —, este estudo investiga em que medida o programa “UFRR Comunidade” contribui para a materialização da RSU. Para isso, considera não apenas os resultados imediatos, mas também os desafios estruturais, institucionais e simbólicos que atravessam sua implementação enquanto agente de transformação social, oferecendo subsídios para a formulação de políticas e práticas capazes de potencializar o impacto social das universidades em contextos de vulnerabilidade.

E diante desse cenário marcado por desigualdades sociais, escassez de recursos financeiros, humanos, crises políticas e esse grande fluxo migratório, tendo em vista a

inserção geográfica da UFRR, e refletindo sobre a sua função social, este estudo apresenta como questão de pesquisa a seguinte pergunta: Como as atividades de extensão desenvolvidas no âmbito do programa “UFRR Comunidade” contribuem para a efetivação da responsabilidade social universitária na Universidade Federal de Roraima?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a responsabilidade social universitária se materializa nas práticas extensionistas da Universidade Federal de Roraima, por meio do programa “UFRR Comunidade”.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar as contribuições do programa “UFRR Comunidade” no desenvolvimento da dimensão da RSU na Universidade Federal de Roraima.
- 2) Analisar a percepção dos participantes, voluntários, dos estudantes, bem como dos coordenadores e organizadores das ações desenvolvidas no programa.
- 3) Analisar as potencialidades e desafios do programa de extensão universitária UFRR Comunidade no contexto da efetivação da responsabilidade social universitária na Universidade Federal de Roraima.

1.3 JUSTIFICATIVA

Estudar a Responsabilidade Social Universitária por meio do programa "UFRR Comunidade" é essencial para problematizar o papel da universidade pública diante de crises sociais complexas como o atual fluxo migratório venezuelano em Roraima. Este programa, que atende migrantes venezuelanos em Boa Vista, Roraima, se insere em um contexto de crise humanitária e migração forçada, demandando respostas eficazes e inovadoras das instituições de ensino superior. Do ponto de vista prático, o programa "UFRR Comunidade" oferece suporte direto aos migrantes venezuelanos, facilitando sua integração na sociedade local.

Socialmente, o programa promove a inclusão e a coesão social, ao integrar migrantes na comunidade local e reduzir tensões sociais. A pesquisa pode evidenciar como a universidade atua como um agente de transformação social, promovendo valores de solidariedade, respeito à diversidade e direitos humanos. Além disso, ao fortalecer a

rede de apoio aos migrantes, o programa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Institucionalmente, o estudo reforça o papel da UFRR como uma instituição comprometida com a responsabilidade social e o desenvolvimento regional.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de avançar no debate crítico sobre a RSU, ultrapassando abordagens normativas ou idealizadas, e investigando como os discursos institucionais se materializam, ou não em práticas socialmente relevantes. Como afirmam Vallaeys et al. (2009), a RSU não se restringe à assistência pontual, mas requer um projeto ético de universidade comprometido com a transformação social, por meio da gestão responsável do conhecimento e da participação democrática. Ao documentar e analisar as iniciativas do programa “UFRR Comunidade”, a pesquisa pode fornecer insights valiosos para a formulação de políticas institucionais que ampliem o impacto social da universidade. Isso pode incluir a criação de novas parcerias, a alocação de recursos e o desenvolvimento de estratégias de longo prazo para a extensão universitária.

Investigar a responsabilidade social universitária no âmbito do programa “UFRR Comunidade” torna-se relevante não apenas por evidenciar o cumprimento da função social da Universidade Federal de Roraima, mas sobretudo por permitir compreender os impactos concretos das ações extensionistas em um contexto de elevada vulnerabilidade social, marcado pela intensa migração venezuelana. Mais do que mapear atividades, este estudo busca analisar como essas práticas contribuem para reduzir tensões sociais, promover integração e gerar capital social, favorecendo a convivência entre migrantes e comunidade local.

Assim, a pesquisa não se restringe a descrever o programa, mas procura identificar os efeitos institucionais, acadêmicos e sociais de sua implementação: de que forma amplia oportunidades de inserção educacional e profissional, como fortalece a cidadania de migrantes e refugiados, e em que medida transforma a própria universidade em agente ativo de desenvolvimento humano e social.

Academicamente, a pesquisa contribui para o corpo de conhecimento sobre responsabilidade social universitária e extensão comunitária, áreas ainda em desenvolvimento no Brasil. Ao explorar a interseção entre educação superior e migração, o estudo pode abrir novas linhas de investigação e fomentar o debate acadêmico sobre o papel das universidades em contextos de crise. Além disso, a pesquisa pode servir como

base para futuras investigações comparativas, tanto em nível nacional quanto internacional.

Além disso, o estudo responde a uma lacuna empírica: há escassez de análises sobre programas de extensão universitária em regiões fronteiriças e em contextos de vulnerabilidade como o de Roraima. Nesse sentido, a dissertação contribui tanto para o campo da Administração quanto para o aprimoramento da gestão universitária em sua dimensão social.

Além dos referenciais clássicos que estruturam o campo da Responsabilidade Social Corporativa e Universitária, é relevante destacar autores que problematizam criticamente o tema. Para Banerjee (2008), a RSC pode se converter em mera retórica, utilizada para fins de legitimação, enquanto Friedman (1970) já questionava sua validade frente à lógica de maximização dos lucros. Mais recentemente, estudos como os de Latapí Aguilar, Chaminade e Hauge (2020) e Silva, Farias e Santos (2020) têm chamado atenção para os riscos de superficialidade e instrumentalização, frequentemente associados ao *greenwashing* ou *bluwashing*.

No campo da RSU, autores como Vasilachis de Gialdino (2019) e Almeida e Melo (2022) reforçam que a institucionalização das práticas universitárias precisa ir além do discurso, efetivando ações que enfrentem desigualdades estruturais. Essa perspectiva crítica justifica a relevância de investigar programas como o ‘UFRR Comunidade’, não apenas por seus resultados imediatos, mas pelos desafios de consolidar uma responsabilidade social universitária autêntica, transformadora e sustentável”.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O termo responsabilidade social remete à boa governança da organização, a uma gestão ética e sustentável e ao conjunto dos compromissos voluntários que uma organização assume para administrar seus impactos sociais, ambientais e econômicos que produz na sociedade. A responsabilidade social constitui uma forma de gestão da empresa que implica na sua colaboração com a sociedade, incorporando as preocupações desta como parte de sua estratégia de negócios e assumindo o compromisso de total transparência em sua atuação. (Dias, p. 19, 2012)

A noção de responsabilidade social, embora originalmente vinculada ao universo corporativo e industrial, adquiriu novos contornos ao longo do tempo, refletindo mudanças profundas nas relações entre organizações, sociedade e ambiente. A formulação do conceito de RS tem origem, fundamentalmente, nos países de cultura anglo-saxônica, principalmente nos Estados Unidos, e somente nos anos 1990 adquire novo conteúdo e dimensão em consequência do debate de lideranças empresariais sobre as relações e o papel que devem assumir as corporações numa sociedade globalizada.

Desde a Revolução Industrial, quando os impactos das atividades produtivas passaram a provocar notória preocupação quanto aos danos ambientais e desigualdades sociais, evoluiu-se do paradigma puramente econômico para um entendimento multifacetado do papel organizacional. Em seus primórdios, as corporações priorizavam o lucro, desconsiderando frequentemente as consequências sociais e ambientais de suas ações. Em termos históricos, a atividade empresarial sempre teve consequências sociais e ambientais diversas que afetaram a sociedade e particularmente as comunidades que viviam em seu entorno imediato.

Essa postura, criticada por autores como Milton Friedman, que defendia a maximização do lucro como principal função das empresas (Friedman, 1970), começou a ser posta em xeque pela emergência de movimentos sociais e ambientais nos séculos XX e XXI. Segundo Porter e Kramer (2006), as empresas podem e devem assumir uma posição de liderança no enfrentamento dos desafios sociais, promovendo o chamado valor compartilhado.

À medida que a sociedade evoluiu e as expectativas públicas se redimensionaram, a responsabilidade social passou a ser concebida como um imperativo ético e uma vantagem estratégica, extrapolando o mero cumprimento de obrigações legais. Mesquita et al. (2020) observam que essa mudança foi impulsionada pela crescente interdependência entre atores econômicos, contexto político e demandas comunitárias, levando ao reconhecimento da responsabilidade social como parte intrínseca do modelo de gestão moderno.

No contexto acadêmico, a discussão sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ganhou corpo especialmente a partir da década de 1980, motivando uma produção robusta de estudos que analisam desde os fundamentos éticos até a mensuração de impactos e resultados. Dixit (2023) e Farias & Holanda (2025) definem a RSC como um mecanismo de autorregulação e compromisso voluntário das empresas com padrões de governança e transparência, alinhados a diretrizes legais e éticas. Já Brooks e Oikonomou (2018) investigam os motivos pelos quais organizações investem em práticas responsáveis mesmo quando não há imposição normativa, destacando, por exemplo, os ganhos reputacionais, a mitigação de riscos e a construção de uma relação duradoura com stakeholders.

Sob uma ótica histórica, a evolução do conceito acompanha o protagonismo de movimentos civis, ambientais e de direitos humanos nos anos 1950 e 1960, que promoveram a reflexão crítica sobre a ética empresarial. Peter Drucker (1984) considerava a responsabilidade social uma extensão natural das funções empresariais, reforçando a necessidade de considerar os impactos sistêmicos das decisões organizacionais. Siqueira e Iwanow (2018), por sua vez, argumentam que as empresas se tornaram partes integrantes do tecido social, devendo atuar como agentes de transformação positiva.

A literatura propõe diferentes modelos teóricos para a compreensão da RSC. Carroll (1991), em sua clássica Pirâmide da Responsabilidade Social, destaca as dimensões econômica, legal, ética e filantrópica, enfatizando que o compromisso empresarial ultrapassa a simples geração de lucros. Elkington (1999) apresentou o conceito de “triple bottom line”, insistindo no equilíbrio entre resultados financeiros, sociais e ambientais. Porter e Kramer (2011) trouxeram a ideia de “valor compartilhado”, sugerindo que organizações podem impulsionar práticas inovadoras e gerar benefícios

mútuos para empresa e sociedade.

No cenário nacional, autores como Ashley (2005) e Sachs (2002) destacam a importância de integrar a responsabilidade social nas estratégias organizacionais e políticas públicas. Silva, Farias e Santos (2020) observam que o Brasil, embora enfrente desafios históricos relacionados à desigualdade, vem avançando na implementação de práticas responsáveis, impulsionadas por pressões da sociedade civil, legislações e acordos internacionais.

No início dos anos 1950 uma das primeiras concepções de RS foi desenvolvida por Howard Bowen, que afirmava que a prosperidade das empresas norte-americanas no pós- guerra deveria levar em consideração o cumprimento de determinadas obrigações sociais. Bowen (1953), considerado um dos pioneiros do tema, argumentava que a responsabilidade social abrange as obrigações dos empresários de adotar políticas e decisões compatíveis com os valores coletivos, atuando além da legalidade estrita. Ao longo das décadas, a RSC foi se sofisticando, deixando de ser um simples ato filantrópico para transformar-se em política corporativa integrada (Carey, Liu & Qu, 2017; Lessa, 2019).

No início dos anos 2000, a RSC ganhou dimensões mais amplas, incorporando metodologias para avaliação de desempenho social e sustentabilidade. Schwartz e Carroll (2003) propuseram um modelo em diagrama de Venn, no qual se interseccionam as dimensões econômica, ética e legal, expressando a complexidade da atuação empresarial na contemporaneidade.

As empresas não podem ficar à margem dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade, particularmente a marginalização e desigualdades sociais decorrentes da racionalidade econômica na qual está inserida, uma empresa socialmente responsável é aquela que desenvolve completamente seu potencial e considera as necessidades de seu entorno social, econômico e ambiental no qual atua, integrando o conceito de RS em sua cultura organizacional e assumindo que a busca por maior competitividade deve estar vinculada à perspectiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Um dos fatores que aumentaram o interesse em torno da RS, foi o surgimento da nova ISO 26000, que introduziu um novo parâmetro de medição da qualidade incorporando valores sociais tanto nos produtos quanto nos processos, além de uma tendência de inclusão de critérios sociais e ambientais na concessão de contratos

públicos, ou seja, aumenta a percepção no mundo dos negócios, a RS é um novo modo de entender o papel da empresa na sociedade e ao aumento da compreensão de toda sociedade na necessidade de se adotar parâmetros de desenvolvimento sustentável; sem os quais o futuro do planeta, consequentemente da humanidade, está comprometido. E a partir da elaboração desta norma internacional, passou-se a adotar o termo Responsabilidade Social, sem complementos.

O avanço da globalização e da tecnologia expandiu o escopo da responsabilidade social para além do setor privado, alcançando governos e instituições de ensino. O conceito de Responsabilidade Social Universitária (RSU) emergiu como resposta à necessidade de formar cidadãos críticos e engajados, promovendo desenvolvimento sustentável e justiça social (Ali, Frynas & Mahmood, 2017; Silva & Silva, 2021). Assim, a RSU representa uma evolução lógica dos debates sobre RSC, ampliando o papel social das universidades e sua responsabilidade perante a comunidade.

Portanto, a responsabilidade social moderna pressupõe não apenas o cumprimento de obrigações, mas uma atuação responsável, transparente e engajada, reconhecendo a interdependência entre organizações, sociedade e meio ambiente. Como sintetiza Sachs (2002), “a sustentabilidade depende, em grande medida, da capacidade de reinventar práticas econômicas à luz das necessidades humanas e ecológicas”.

Quadro 1: Perspectivas da Responsabilidade Social

Autor(a)	Contribuição principal	Abordagem
Bowen (1953)	Obrigação empresarial de alinhar decisões aos valores sociais	Filantrópica
Carroll (1991, 1999)	Pirâmide das dimensões econômica, legal, ética e filantrópica	Multidimensional
Elkington (1999)	Triple bottom line: balanço econômico, social e ambiental	Sustentabilidade
Porter & Kramer (2011)	Valor compartilhado: integração entre valor econômico e social	Inovação estratégica
Sachs (2002)	Sustentabilidade e políticas inclusivas	Desenvolvimento sustentável
Ashley (2005)	Integração da RSC no planejamento estratégico	Gestão crítica
Schwartz & Carroll (2003)	Diagrama de Venn: intersecções da RSC	Abordagem integrada

Fonte: Produzida pela autora (2025).

Importa reconhecer que nem todas as abordagens mobilizadas configuram “modelos teóricos de RSC” em sentido estrito. O Triple Bottom Line de Elkington (1997) propõe um enquadramento de desempenho (econômico, ambiental e social), não uma teoria normativa de responsabilidade social; de modo semelhante, a noção de valor compartilhado em Porter e Kramer (2006; 2011) emerge da agenda de estratégia e competitividade, sendo inclusive alvo de críticas por possibilitar leituras instrumentais ou práticas de blue/greenwashing.

Neste estudo, tais contribuições são empregadas como lentes analíticas complementares para interpretar práticas e resultados, não como modelos canônicos de RSC. A base teórica da responsabilidade social corporativa/universitária referencia-se, sobretudo, em aportes como Carroll (1979; 1991), Wood (1991) e Schwartz & Carroll (2003), entre outros, que tratam especificamente de conceituações, dimensões e mecanismos da RSC/RSU.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) figura como um tema em construção no âmbito acadêmico, que tem ganhado espaço e relevância na esfera nacional e internacional sobre o papel da educação superior, dada sua colaboração para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis (Wagenberg, 2006; Berto, 2011; Eidt, Calgaro, 2021).

A responsabilidade social passou por vários estágios de evolução, adaptando-se às mudanças sociais e econômicas. No início, tinha um caráter puramente filantrópico, no qual as empresas e instituições realizavam doações e beneficências de forma esporádica. Com o tempo, passou-se a considerar a responsabilidade social como um compromisso contínuo e integrado às estratégias institucionais (Carey, Liu, Qu, 2017; Soschinski, Klann, Rodrigues, 2025)

No Brasil, segundo Calderón (2005), o termo Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) manifestou-se por meio do contexto de institucionalização do mercado da educação superior, ganhando maior relevância no início da primeira década do século XXI. Nesta época as IES privadas agregaram em suas estratégias de marketing, o discurso da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), vastamente divulgados no país pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Partindo dessas visões, tem-se que a RSU teve ascensão no

século XX e, derivou de uma revisão das atividades institucionais, das relações de estado, mercado e sociedade, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias.

Existem na literatura alguns modelos de RSU que buscam orientar as IES na tarefa de colocar a responsabilidade social em ação. O Guia ISO 26000, que fornece diretrizes e recomendações sobre boas práticas de responsabilidade social para empresas e organizações; o Manual de Primeiros Passos em Responsabilidade Social Universitária, que apresenta um conjunto de instrumentos destinados a ajudar as IES a diagnosticar como elas respondem à sociedade e como podem incorporar medidas para melhorar e tornar seu contributo significativo (Vallayes; De La Cruz; Sasia, 2009); e o Modelo publicado pela União de Responsabilidade Social Universitária LatinoAmericana (URSULA), manual de RSU inspirado no Manual de Primeiros Passos em Responsabilidade Social Universitária.

Para Eidt, Trindade e Calgaro (2021), apesar do Guia ISO 26000 poder guiar e inspirar a definição de RSU, ele fornece uma definição generalizada e ligada à referência comercial, não servindo para ser aplicado nas IES. Corroborando, Nascimento (2014) cita, que pelo fato de a norma ser abrangente, o seu aproveitamento nas IES será parcial.

Para Calderón (2005), quando se debate sobre o papel social ou a função social da educação superior brasileira, o termo historicamente utilizado é compromisso social. Wanderley (2005) aponta que existe uma larga bibliografia que, de forma explícita, trata a responsabilidade social da IES como compromisso social, e atribui a dimensão da extensão como figura central dessa finalidade, dimensão que se tornou componente constitutivo das universidades, e compõe o tripé ensino-pesquisa-extensão.

A expressão compromisso social pode ser entendida como o ato de apoiar e desenvolver projetos em prol da comunidade e do meio ambiente. Já a responsabilidade é uma “possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão” (Abbagnano, 2007, p. 855). Unindo esse conceito ao termo social, a responsabilidade social pode ser entendida como um agir ético nas relações em busca da promoção do bem-estar social. A responsabilidade social ultrapassa o conceito de compromisso social e de caridade, é uma obrigação da organização “que exige a imputabilidade do sujeito ‘responsável’, pelo qual se deve poder questionar e cobrar pelas suas atitudes” (Vallaeys, 2020, p. 29).

Devido à incompreensão referente aos significados de compromisso social e

responsabilidade social, algumas IES podem cometer equívocos ao externalizar as suas ações pressupondo um único sentido, instituições para a sociedade, e esquecendo de se perceber como parte da sociedade, focando assim no compromisso e não na responsabilidade. As instituições acabam por transformar a extensão em ação de voluntariado, enquanto não avaliam as disciplinas oferecidas em seus cursos, suas linhas de pesquisa e o seu jeito de gerir. “Universidade: não me diga o que você faz lá fora com os estudantes voluntários, me diga como você os forma por dentro, com que conhecimentos e como você se administra” (Vallaey, 2020, p. 24).

No contexto universitário, a noção de responsabilidade social ganha contornos próprios. A universidade, diferentemente das empresas, não visa lucro, mas a formação de cidadãos e a produção de conhecimento. Assim, a Responsabilidade Social Universitária (RSU) não pode ser meramente transposta da lógica empresarial. Conforme Vallaey (2014), trata-se de uma responsabilidade ética, política e institucional que se realiza por meio da gestão socialmente responsável do ensino, da pesquisa, da extensão e da governança.

A RSU exige, portanto, que a universidade repense suas finalidades sociais: não apenas formar profissionais tecnicamente capacitados, mas sujeitos críticos, comprometidos com a justiça social, a equidade e a transformação da realidade em que vivem (Serva; Dias, 2016; Chauí, 2003). Essa visão amplia a RSU para além do cumprimento de indicadores e metas institucionais: ela envolve escolhas políticas sobre o tipo de sociedade que a universidade deseja ajudar a construir.

A RSU vai além da transmissão do conhecimento e envolve um compromisso ético, político e social para a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento comunitário. Segundo Vallaey (2014), a RSU deve ser compreendida em quatro dimensões principais:

- Gestão organizacional: a universidade deve adotar boas práticas de governança, transparência e ética institucional.
- Formação acadêmica: os currículos devem incluir valores sociais, éticos e ambientais, formando profissionais comprometidos com a sociedade.
- Pesquisa e extensão: o conhecimento produzido deve ser direcionado para solução de problemas sociais e ambientais.
- Participação social: a universidade deve estabelecer parcerias com comunidades

e setores públicos e privados para ampliar seu impacto social.

As discussões sobre a responsabilidade social no ensino superior ganharam maior visibilidade a partir do momento em que passaram a ter respaldo legal. Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a responsabilidade social foi oficialmente incorporada como uma das dimensões avaliativas das Instituições de Ensino Superior (IES) (Calderón, 2006; Bolan; Motta, 2007; Eidt; Calgaro, 2021). A responsabilidade social avaliada pelo Sinaes tem o foco na defesa do meio ambiente, na inclusão social, memória cultural, desenvolvimento socioeconômico, patrimônio cultural e produção artística.

A RSU se manifesta em diversas iniciativas e projetos que vão desde programas de extensão até mudanças na estrutura curricular (Vallaes, 2014), sendo assim, a RSU uma abordagem que coloca as universidades como agentes fundamentais na promoção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O compromisso das IES com a responsabilidade social permite que o conhecimento gerado dentro das instituições transcenda os muros acadêmicos, impactando positivamente o desenvolvimento humano e social. Assim, ao adotar uma postura ativa na resolução de problemas sociais e ambientais, as universidades cumprem não apenas sua função educativa, mas também seu papel de transformação da realidade em que estão inseridas (Silva, Melo, 2010; Cruz, Passos, 2010; Berto, 2011; Ribeiro; Magalhães, 2014).

Nesse contexto, a extensão universitária emerge como uma opção prática para as universidades colocarem à disposição os seus recursos em favor da responsabilidade social, uma vez que extensão universitária é um dos principais pilares da RSU, funcionando como uma ponte entre a universidade e a sociedade. As ações de extensão têm como objetivo a democratização do conhecimento acadêmico, garantindo que a produção científica e tecnológica gerada nas universidades beneficie diretamente a população (Calderón, 2006; Wanderley, 2005; Bolan; Motta, 2007; Wagenberg, 2006; Berto, 2010; Vallaes, 2014; Eidt, Calgaro, 2021).

Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, a extensão é entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e

sociedade. Dessa forma, os programas de extensão devem estar alinhados com as demandas sociais, promovendo soluções inovadoras para problemas concretos (Calderón, 2005; Serva, Dias, 2016; Eidt, Calgaro, 2021).

Assim, a universidade atua como agente legitimamente responsável pelo seu contexto social, visando o atendimento das necessidades sociais, culturais e econômicas e na construção de uma ética societária, onde os sujeitos sejam cidadãos ativos. Villar (2011) destaca que a antiga concepção da extensão universitária, caracterizada como assistencialista, está sendo superada aos poucos, passando a ser reconhecida na atualidade como espaço de aprendizagem e formação acadêmica cidadã.

Nesse processo se constrói a ideia de responsabilidade social e formação cidadã, por meio de ações que consideram o compromisso social e o papel da universidade frente às problemáticas sociais, diante do exposto, em relação à RSU, em alinhamento ao pensamento de Ribeiro (2013), o tripé composto pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão compõe o eixo central da RSU. Determinando o papel da universidade como um ambiente de produção e difusão de saber, colaborando para o desenvolvimento científico, social, político, econômico e cultural.

Os programas de extensão universitária podem ser classificados em diferentes categorias, entre as quais se destacam:

- Programas comunitários: Iniciativas que buscam promover a inclusão social e o bem-estar de comunidades, abordando questões como saúde, educação, cultura e direitos humanos.
- Iniciativas ambientais: Projetos voltados à preservação ambiental, sustentabilidade e conscientização ecológica.
- Empreendedorismo e inovação: Programas que estimulam o desenvolvimento de soluções tecnológicas e sociais inovadoras, conectando a academia ao setor produtivo.
- Educação continuada: Cursos, oficinas e capacitações que visam a formação profissional e a atualização de conhecimentos da população.

Dentro desse contexto, as ações de extensão universitária têm impactos diretos e indiretos na sociedade e nas próprias universidades. O aprimoramento da formação acadêmica, com a participação dos estudantes em atividades de extensão fortalece a

formação cidadã e o aprendizado prático.

O desenvolvimento regional, onde as universidades, ao interagirem com o entorno, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridas, e por fim o fomento à interdisciplinaridade: A extensão estimula a integração entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo soluções mais completas para os problemas sociais (Chauí, 2003; Wagenberg, 2006; Calderón, 2006; Bolan; Motta, 2007; Cruz, Passos, 2010; Ray, 2013; Vallaeys, 2014; Serva, DIAS, 2016; Eidt, Calgaro, 2021).

As ações podem ser guiadas por quatro eixos de RSU (Vallaeys, Cruz; Sasia, 2009), a saber: Campus Responsável; Formação profissional e cidadã; Gestão social do conhecimento; e Participação social, sendo que para cada eixo a temas a observar para o autodiagnostico da RSU, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2: Eixos e temáticas no autodiagnostico da RSU

Eixos	Temas a observar no autodiagnostico
Campus Responsável	1. Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação 2. Desenvolvimento pessoal e profissional, bom clima laboral e aplicação dos direitos trabalhistas 3. Meio ambiente (<i>campus</i> responsável) 4. Transparência e democracia (boa gestão) 5. Comunicação e divulgação responsável
Formação profissional e cidadã	1. Inclusão social 2. Presença de temáticas cidadãs e de responsabilidade social nos projetos curriculares (desenvolvimento sustentável, ética profissional e cívica, gestão da RS, entre outros) 3. Integração de atores sociais externos no desenho das matrizes curriculares 4. Articulação entre profissionalização e voluntariado solidário e a relevância social da educação
Gestão social do conhecimento	1. Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação 2. Difusão, transferência e troca de conhecimentos socialmente úteis com os públicos desfavorecidos 3. Promoção da inter e da transdisciplinaridade
Participação social	1. Integração da formação acadêmica com a projeção social (articulação da extensão com a pesquisa e o ensino) 2. Luta contra o assistencialismo e paternalismo no serviço universitário para a comunidade 3. Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de Vallaeys, Cruz, Sasia (2009, p. 80-81).

Dessa forma, podemos inferenciar que a responsabilidade social universitária e a extensão são pilares essenciais para a consolidação de uma educação superior comprometida com o desenvolvimento social. As universidades devem continuar fortalecendo suas ações de extensão e promovendo iniciativas que garantam a disseminação do conhecimento de maneira inclusiva e transformadora. Dessa forma, a RSU se torna um instrumento essencial para garantir a relevância das instituições de ensino superior no século XXI (Ray, 2013; Ribeiro; Magalhães, 2014; Vallaeys, 2014; Serva; Dias, 2016; Eidt, Calgaro, 2021).

2.3 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, representa o principal instrumento de avaliação da qualidade das instituições de ensino superior no Brasil. Coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o SINAES visa promover o aprimoramento contínuo das instituições e garantir sua função social, educativa e científica (Brasil, 2004a).

O SINAES analisa as instituições, os cursos e o desempenho acadêmico dos estudantes. Para isso, considera critérios como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão institucional e qualificação do corpo docente. Esse sistema reúne dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), bem como das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas servem tanto para orientar as instituições de ensino superior quanto para embasar a formulação de políticas públicas. Além disso, esses dados são um recurso valioso para a sociedade, auxiliando especialmente os estudantes na escolha de cursos e instituições (Barros, Freire, 2011).

O propósito desse processo avaliativo está centrado na elevação da qualidade da educação superior, no direcionamento da ampliação da oferta desse nível de ensino e na busca pela maior eficácia institucional e acadêmica. Além disso, visa fortalecer o compromisso social das Instituições de Educação Superior (IES), promovendo sua missão pública e incentivando valores como a democracia, o respeito à diversidade e à autonomia institucional (Ribeiro, Guerra, 2019).

A necessidade de adequação da educação aos padrões de qualidade impulsiona a busca por novas estratégias de gestão educacional. Dessa forma, a avaliação se torna um elemento fundamental para assegurar a excelência do ensino superior. O conceito de qualidade, entretanto, é dinâmico e varia conforme as demandas e transformações sociais ao longo do tempo. Diante da ampliação do número de Instituições de Educação Superior, do crescimento das vagas ofertadas e da expansão do sistema educacional brasileiro, o Estado assume o papel de regular e monitorar a qualidade do ensino, garantindo sua função social (Dourado, Oliveira, 2009).

O processo de avaliação se estende a diferentes áreas da produção social,

abrangendo políticas públicas, especialmente as voltadas para a educação. Nesse contexto, a avaliação tem adquirido maior relevância política e exerce um papel crucial na estruturação dos modelos institucionais, organizacionais e sistêmicos. Por isso, destaca-se a importância da avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), pois, com base nos resultados obtidos, torna-se possível definir os caminhos a serem seguidos e identificar os pontos positivos e as fragilidades detectadas por meio desse mecanismo (Dias, Sobrinho, 2003).

Embora o processo avaliativo enfrente resistências, sua função primordial é agregar valor ao que está sendo analisado. A avaliação fornece informações essenciais que servem de base para a regulação governamental, assegurando a oferta de serviços educacionais de qualidade à sociedade (Ristoff, 2000; Verhine, 2015).

Nesse contexto, a autoavaliação institucional se consolida como instrumento estratégico para a tomada de decisões, permitindo às universidades refletirem criticamente sobre suas práticas, corrigirem fragilidades e potencializarem suas contribuições sociais (Dias Sobrinho, 2003; Verhine, 2015). A avaliação, portanto, deixa de ser apenas um mecanismo regulador para assumir também uma função pedagógica e formativa, voltada à melhoria contínua e à transformação institucional.

A estrutura do SINAES está organizada em dez dimensões avaliativas, agrupadas em cinco eixos, essas dimensões orientam os processos avaliativos internos e externos:

Quadro 3: Eixos E Dimensões De Avaliação-Sinaes

EIXOS E DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO-SINAES		
Eixo 1	Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2	Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
		Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3	Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
		Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
		Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 4	Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal
		Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
		Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5	Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: Produzida pela autora (2025).

A Dimensão três, que trata da responsabilidade social, merece atenção especial por abordar a contribuição das instituições para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e regional, a sustentabilidade ambiental, a preservação da memória e da cultura, bem como a valorização dos direitos humanos e da diversidade (Brasil, 2004b). Ao enfatizar essa dimensão, o SINAES institucionaliza a expectativa de que as IES assumam um papel ativo no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção do bem comum.

O fortalecimento da responsabilidade social nas IES, impulsionado pelas diretrizes do SINAES, contribui para consolidar uma cultura de compromisso ético e cidadão. A valorização da missão institucional e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão se tornam fundamentais para garantir que o conhecimento produzido nas universidades reverta-se em benefício público (Gatti, 2000; Nunes; Duarte; Pereira, 2017).

A UFRR busca a excelência na educação, com foco no desenvolvimento socioeconômico, na inclusão e no empreendedorismo. Nesse sentido, as ações da universidade extrapolam o âmbito do currículo acadêmico, inspirando o seu público a refletir e implementar práticas que contribuam para a melhoria das condições de vida da população.

2.4 HISTÓRICO E CONTEXTO ATUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No Brasil, a prática de atividades de Extensão Universitária, remonta ao início do século XX, coincidindo com a criação do Ensino Superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço, ofertando assistência técnica aos agricultores da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos.

É relevante mencionar que essa visão da extensão tem suas origens no chamado movimento de Córdoba, assim denominado por ter se iniciado nessa cidade argentina, no ano de 1918. A ação dos estudantes colocou a extensão universitária em destaque por meio da constituição das “Universidades Populares”. Estas entidades, que se espalharam por vários países da América Latina marcaram profundamente por fortalecer

a função social da universidade, transformando-a numa verdadeira missão. (Rocha, 2001, p. 18).

Com a instalação da ditadura militar, foram promovidas, embora com modificações, as tão demandadas reformas de base. No âmbito da educação, houve três iniciativas importantes. As duas primeiras referem-se à criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e do Projeto Rondon, em 1967.

A terceira iniciativa refere-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68, Art. 20), no qual estabeleceu que as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes e instituiu a Extensão Universitária.

Por meio da Lei nº 5.540/68, a extensão é instituída dentro do princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, “[...] tratando a extensão pela qual a Universidade estende à comunidade sua atividade de ensino e o resultado de suas pesquisas. De modo geral, realizada em forma desarticulada.” (Nogueira, 2001, p. 62). Dessa forma o conceito de extensão permanece na forma de transmissão de conhecimento e prestação de serviços.

A extensão, conforme Cunha (2012, p. 26), era vista pelas políticas da época como uma prestação de serviços a determinados segmentos da população de modo direto e linear “[...] entre os que sabem e os que não sabem [...]”.

Novas iniciativas na área surgiram na primeira metade da década de 1970, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/ MEC - Campus Avançado/MINTER, cuja atribuição foi a de propor medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária. Entre as propostas dessa comissão, destaca-se a de criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que foi levada a termo em 1974 (FORPROEX, 2012).

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária está entre as primeiras produções da CODAE, e sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular.

O reconhecimento legal das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

(FORPROEX, 1987), atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em novembro de 1987, são marcos importantes, na medida em que propiciaram à comunidade acadêmica as condições para redefinir a Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Foi no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que um novo conceito foi pactuado:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Em cumprimento ao princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades essenciais das universidades (BRASIL, 1996, art. 43), além de prever a possibilidade de apoio financeiro por parte do Poder Público, inclusive por meio de bolsas de estudo (BRASIL, 1996, art. 43). Um avanço significativo na institucionalização da Extensão Universitária foi a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Extensão pelo FORPROEX, em 1998.

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha pari passu com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas (FORPROEX, 2012)

A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos

e à sociedade.

Reconhecer o papel da Universidade Pública no enfrentamento das crises contemporâneas não implica superestimar suas capacidades ou subestimar a importância dos desafios a serem enfrentados. Pelo contrário, trata-se de compreender a Universidade como um agente ativo e positivo dentro de um processo mais amplo de transformação social.

Nesse contexto, destaca-se a centralidade da Extensão Universitária, tanto como prática acadêmica quanto como metodologia inter e transdisciplinar, além de ser uma sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade. Essa prática está comprometida com a relevância e a abrangência social das ações desenvolvidas, funcionando como uma metodologia de produção de conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, preparando-os para uma cidadania ampliada sob os aspectos ético, técnico-científico, social, cultural e territorial. A interação dialógica promovida pela Extensão Universitária transcende até mesmo as fronteiras nacionais, projetando-se em uma perspectiva internacional.

O desafio está em romper com a lógica da extensão "assistencialista" e adotar uma perspectiva dialógica, participativa e emancipadora. Vallaeys (2014) sustenta que a extensão crítica deve partir das demandas da comunidade, respeitando sua autonomia, e promovendo soluções construídas coletivamente. Isso exige metodologias ativas, avaliação social dos impactos e, sobretudo, a disposição institucional para se deixar interpelar pelas vozes externas.

Por essas razões, a Extensão Universitária não apenas tem o potencial de sensibilizar estudantes, professores e técnicos-administrativos para os problemas sociais, mas também atua como uma atividade produtora de conhecimento que aprimora as capacidades técnicas e teóricas desses atores. Com isso, torna-os mais aptos a oferecer subsídios aos governos na elaboração de políticas públicas, além de mais bem equipados para desenhar, implementar e avaliar essas políticas, caso venham a ocupar cargos públicos.

2.4.1 A UFRR e a Extensão

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) é uma fundação pública federal, autorizada pela Lei nº 7.364, de 12 de setembro de 1985, e criada por meio do Decreto-

Lei nº 98.127, de 08 de setembro de 1989, é vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fundamenta-se no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial.

A UFRR está localizada na região do extremo norte do país, e sua abrangência geográfica se incorpora na extensa fronteira brasileira do Arco Norte do país, onde sua inserção regional faz fronteira com a Venezuela e Guiana e tem como missão produzir, integrar e socializar conhecimentos para formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental.

De acordo com os incisos V e VI do Art. 4 da Resolução nº 026/2003-CUNI, a Universidade Federal de Roraima, tem por objetivos precípuos promover a democratização da educação, no que concerne à gestão acadêmica, política, administrativa e financeira; à igualdade de acesso e socialização de seus benefícios; e promover a extensão como um processo educativo e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o Ensino e a Pesquisa. (Art. 3º, Resolução nº 7/2018-CES/CNE)

A Política de Extensão da UFRR está alinhada à Política Nacional de Extensão Universitária, tem como propósito, orientar para o acolhimento dos problemas e apelos da sociedade, por meio dos grupos sociais com os quais a UFRR interage e por questões que surjam do anseio social e que poderão ser base para o desenvolvimento de ações de extensão, contribuindo para produção de conhecimento e viabilizando a relação transformadora entre a UFRR e as comunidades. (Resolução CUNI/UFRR Nº 049, de 30 de dezembro de 2021.)

Os princípios da Política de Extensão da Universidade Federal de Roraima (UFRR) são:

I. Atuação para incentivar a construção de novos conhecimentos, voltados

para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável;

II. Promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do Ensino e da Pesquisa;

III. Contribuição para formação integral do discente, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

IV. Promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da UFRR com todas as áreas, em especial, as de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a Educação Ambiental, Educação Étnico-racial e Educação Indígena;

V. celebração de cooperação científica e tecnológica com outros órgãos, instituições de Educação Básica e Superior, movimentos sociais, sindicatos, e com o setor produtivo na intenção de contribuir com o desenvolvimento social, equitativo e sustentável local e regional.

Dentre as diretrizes da Política de Extensão da UFRR, destacamos a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social. Sendo assim, é por meio da extensão, que a UFRR estabelece relações de reciprocidade com o seu meio, produzindo, oferecendo conhecimentos e técnicas sistematizadas, e recebendo informações e demandas que realmente o ensino e a pesquisa. (Art. 40. Estatuto da UFRR).

Salientamos também que de acordo com a Política de Extensão da UFRR as ações de Extensão se inserem dentro das seguintes modalidades: programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de Serviços. Essas ações ao serem formalizadas no âmbito da UFRR serão classificadas de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) vigentes e, preferencialmente, nas áreas temáticas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, visam garantir coerência estratégica entre as ações de extensão e as agendas de sustentabilidade e desenvolvimento social globalmente reconhecidas. A delimitação temática reforça, assim, o compromisso institucional com a articulação entre saberes acadêmicos e demandas da sociedade.

A universidade deve estar inserida permanentemente na comunidade, realizando a troca de experiências, assimilando, revendo valores e prioridades que permitam que a

população se identifique como sujeito de sua própria história, proporcionando consequentes mudanças das condições de vidas, superando, assim, problemas sociais encontrados na própria comunidade (Lima, 2003). A extensão constitui um elo entre a sociedade e a universidade, tendo o ensino e a pesquisa como componentes inerentes ao processo de mudança social e de difusão cultural, buscando o equilíbrio entre os conhecimentos populares e os conhecimentos científicos numa perspectiva dialógica (Santos Junior, 2013).

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Partindo da premissa que a pesquisa não deve apenas ser concebida como um protocolo a ser cumprido para a conclusão de um curso, e sim pela relevância dos seus resultados na transformação, melhoria da sociedade, contribuindo para o conhecimento científico e que a educação, sendo uma área de muitos fenômenos e desafios dedicados ao ser humano em aspecto global, é infinitamente incentivadora de estudos em busca da melhor maneira de compreender o ser em suas incessantes mudanças e características.

Autores como Wanderley (2005), Calderón (2006) e Cruz e Passos (2010) reforçam que esse compromisso social não é uma função acessória da universidade, mas parte intrínseca de sua missão pública. A leitura dos estatutos e planos institucionais frequentemente evidencia esse papel, mesmo que, na prática, ele ainda enfrente obstáculos relacionados à fragmentação acadêmica, à lógica produtivista e à baixa valorização da extensão.

No campo acadêmico, a RSU ainda se encontra em desenvolvimento conceitual e empírico. Estudos nacionais apontam sua relevância no enfrentamento das desigualdades sociais, na construção de políticas públicas locais e no fortalecimento de vínculos entre universidade e comunidade (Ray, 2013; Ribeiro; Magalhães, 2014; Serva; Dias, 2016; Eidt; Calgaro, 2021). Ainda assim, observa-se que sua visibilidade cresceu significativamente após a institucionalização da avaliação da extensão como uma das dimensões obrigatórias do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004.

A extensão universitária, nesse panorama, destaca-se como uma das principais formas de concretização da RSU. Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, trata-se de um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, possibilitando a relação transformadora entre universidade e sociedade (Calderón, 2006; Vallaes, 2014).

Com base no que foi apresentado a presente pesquisa adotou um modelo de análise qualitativa baseado na articulação entre os eixos e temáticas do Autodiagnóstico da Responsabilidade Social Universitária (RSU) e os Eixos e Dimensões de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de compreender como o programa de extensão UFRR Comunidade, voltado para o atendimento de migrantes, contribui para o fortalecimento da função social da universidade. O Autodiagnóstico da RSU oferece uma abordagem centrada em cinco eixos principais, cada eixo contempla temáticas que permitiram a identificação e categorização das práticas e percepções sobre a responsabilidade social no contexto do programa de extensão.

Paralelamente, o modelo dialoga com os Eixos e Dimensões de Avaliação do SINAES, especialmente com o Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, que contempla a dimensão da responsabilidade social, nos aspectos da inclusão social e da relação com a sociedade. Dessa forma, o modelo analítico integrou essas duas estruturas avaliativas para compreender como a universidade, por meio da extensão universitária, vem assumindo sua responsabilidade social diante do fenômeno migratório, em especial no estado de Roraima, porta de entrada significativa para migrantes e refugiados, sobretudo venezuelanos. A coleta e análise de dados se concentraram em documentos institucionais, entrevistas com coordenadores, professores e participantes do programa.

A categorização e análise dos dados seguiram os eixos acima descritos, permitindo

identificar a presença, ausência ou fragilidade de elementos que caracterizam uma atuação socialmente responsável, em consonância com os princípios do SINAES e da RSU.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, é apresentado como a pesquisa foi realizada, assim como, a caracterização da pesquisa, a escolha dos participantes, o plano de produção do material empírico e o plano de análise desse material, com o intuito de concatenar os métodos, as técnicas, e a realidade encontrada no processo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta investigação se caracteriza como uma pesquisa qualitativa exploratória de caráter descritivo e interpretativo que busca por insights e compreensão de um contexto específico referente ao problema de estudo delimitado a fim de proporcionar um melhor entendimento do fenômeno investigado em sua singularidade. (Denzin; Lincoln, 2006, Flick, 2009, Godoy, 2005). Este tipo de pesquisa promove a proximidade da teoria com os fatos e situações que o pesquisador encontra que visa descrevê-los e interpretá-los por meio da análise psicológica do pesquisador.

Segundo Creswell (2014, p. 47), conduzimos pesquisas qualitativas porque um problema ou questão precisa ser explorado, essa exploração é necessária devido à necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente ou escutar vozes silenciadas. Também conduzimos pesquisa qualitativa porque precisamos de uma compreensão complexa e detalhada da questão, e porque queremos compreender os contextos ou ambientes em que os participantes de um estudo abordam um problema ou questão.

Na perspectiva de Gil (2019, 2022) as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, sendo muitas das vezes a primeira etapa de uma investigação mais ampla, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa se encaixa no perfil descritivo. As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2019)

3.1.2 Caracterização do Programa de Extensão “UFRR Comunidade”- Pessoas refugiadas e migrantes

A intensificação da chegada de pessoas refugiadas e migrantes à Boa Vista-RR tem demandado respostas que promovam integração social e profissional, melhoria na qualidade de vida urbana e mitigação da vulnerabilidade sociambiental.

Essa temática de migração forçada tornou-se um dos principais eixos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFRR desde 2016. Em função disso, a Universidade firmou em 2017 o termo de cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR) para criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com o objetivo de promover e difundir o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, e em especial, o Direito Internacional dos Refugiados que se encontrem sob a proteção internacional do Governo do Brasil, bem como de desenvolver atividades que objetivem a incorporação da temática do refúgio na agenda acadêmica da instituição.

Em 2022, a UFRR e a Força Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida firmaram um acordo de cooperação técnica, que tem por objeto o desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica e cultural entre os convenientes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades educacionais destinadas aos migrantes venezuelanos, onde foi criado o programa de extensão UFRR ComUnidade: Pessoas refugiadas e migrantes, com início em novembro de 2022 e término previsto para novembro de 2027.

O fato de existir a Operação Acolhida, com um enorme contingente, reunindo diversas Organizações Internacionais e da Sociedade Civil, foi um facilitador, visto que além de recursos, já existia um grande rol de intervenção por parte da Operação. Inserir-se nesse contexto, por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e do ACNUR, fez com que a possibilidade de sucesso das ações de extensão se tornasse mais plausíveis, seja em termos de eficácia ou em termos de condições para a execução dos trabalhos.

Com um formato orgânico-institucional, vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, o Programa de Extensão tem o papel de ser um instrumento de articulação e integração de um conjunto de projetos e outras ações de Extensão, de caráter interdisciplinar e integrado a atividades de Pesquisa e de Ensino.

O Programa UFRR ComUnidade: Pessoas Refugiadas e Migrantes tem como objetivo estimular práticas educacionais que visem a integração social e espacial de

refugiados, solicitantes e migrantes venezuelanos, através de ações suportadas por metodologias de intervenção nos domínios da alfabetização e língua, da formação profissional e tecnológica, da saúde e de gênero e ambiental, com vista a minimização da exclusão social de grupos sociais vulneráveis e construção de uma localidade inclusiva, diversa e sustentável.

Para atendimento do programa, foi realizada uma chamada pública via Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE), de projetos interessados em vincular-se ao programa, deveriam ser formalizados pelas Unidades Acadêmicas e ou Administrativas da UFRR com a indicação de servidor efetivo da Instituição com formação mínima em nível superior.

As propostas deveriam estar alinhados ao objetivo principal do programa e das diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e atender prioritariamente as seguintes linhas de Extensão: Alfabetização, leitura e escrita; Desenvolvimento tecnológico; Educação profissional; Grupos sociais vulneráveis; Línguas Estrangeiras; Questões ambientais; e Saúde humana, ter como público-alvo prioritário membros da comunidade externa à UFRR, atendidas pelas ações de acolhimento desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida em Boa Vista, visando a formação cidadã, a troca de experiência e a interação dialógica entre os participantes.

Quadro 4: Atividades Vinculadas Ao Programa UFRR Comunidade Em 2022

PROGRAMA UFRR COMUNIDADE: Pessoas refugiadas e migrantes	ATIVIDADES VINCULADAS AO PROGRAMA EM 2022
	Conhecer para se integrar: Formação sócio geográfica da população refugiada e imigrante de Boa Vista.
	Avaliação e diagnóstico das condições do saneamento ambiental em abrigos de refugiados emigrantes em Boa Vista-RR: Propostas de melhorias e readequações.
	Adição de Polimeros (Poliolefinas) na fabricação de paver para a pavimentação dos abrigos.
	Curso de Português para Estrangeiros.
	Redes e trocas de saberes com migrantes e refugiados em Roraima.
	Práticas sustentáveis de acolhimento ao migrante e refugiado em Boa Vista-RR: atuação no centro de sustentabilidade.
	Saúde mental de imigrantes venezuelanas na gravidez e puerpério: rastreio de transtornos mentais e educação em saúde na atenção básica.
	Migrar para o desenvolvimento.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

contribuir para a produção de conhecimento da realidade da população solicitante de refúgio e migrante em Boa Vista, de modo a potencializar novas ações de extensão, ensino e pesquisa, reforçando o papel da UFRR enquanto agente de transformação social e construção de localidades social, espacial e ambientalmente mais justas, esperando resultados e impactos sociais em nível de aumento da integração social e profissional, da potencialização da construção de ambientes inclusivos, do reforço da igualdade de gênero, sexual e de identidade, e, afinal, demonstrar que o ambiente universitário também é algo acessível para essas pessoas.

3.2 COLETA DE DADOS

Para este estudo foram utilizadas como técnicas de coleta de dados, pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas conforme Gil (2022). Nesse contexto, a pesquisa foi dividida em duas fases a se saber: a fase documental, que conforme Gil (2022) é o tipo de pesquisa que analisa documentos organizacionais que ainda não tenham sido trabalhados nesse sentido.

Na fase da pesquisa documental no período de março a abril de 2025 foram realizado buscas no site da UFRR, onde foi localizado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato-SIPAC, os processos Processo nº 23129.013808/2021-85-Acordo de Cooperação entre a UFRR e a ACNUR - referente a criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Fev/2022 a Jan/2024), na UFRR e o Processo nº 23129.023748/2022-53-Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal de Roraima e a Operação Acolhida-Criação do Programa UFRR ComUnidade- vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, onde foi possível visualizar os planos de trabalho, também foi localizado no portal da Pró-reitora de Assuntos Estudantis e Extensão editais de seleção de projetos vinculados ao Programa UFRR, dentro dos processos foi localizado o plano de trabalho do Programa, porém não foi possível localizar relatórios de execução.

Na entrevista, segunda fase da pesquisa, Gil (2019) a define como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à pesquisa. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Conforme Gil (2019) entrevista semiestruturada abrange vários tipos de entrevista, tipicamente refere-se às entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de resposta. Esta modalidade de entrevista tem como principal vantagem sua adequação às características do entrevistado.

A seleção dos participantes seguiu o critério de amostragem por conveniência e intencionalidade, considerando sujeitos diretamente envolvidos com o programa. De um total de 11 possíveis respondentes, nove aceitaram participar. Embora o número de entrevistados possa parecer limitado, o critério de saturação teórica foi aplicado

(Charmaz, 2006; Minayo, 2012), indicando que, após a nona entrevista, os relatos começaram a apresentar repetição temática, não sendo identificadas novas informações relevantes.

De acordo com Minayo (2012), para a formação do corpus do estudo, não se leva em consideração o tamanho, mas sim as evidências de que ele apresenta saturação. Neste sentido, quando os relatos apresentarem repetição ou redundância, se finaliza a coleta, tendo em vista a saturação das respostas das entrevistas.

Com base nas premissas apresentadas, e considerando a estrutura organizacional e as contribuições para responder à questão e alcançar os objetivos do estudo, foram elaborados roteiros estruturados de entrevistas para três grupos. No primeiro grupo ficaram os coordenadores e organizadores do Programa ou ação vinculada ao programa (Estrato A), no segundo grupo participantes do Programa, os migrantes Venezuelanos (Estrato B) e no terceiro grupo voluntários e estudantes envolvidos (Estrato C).

No entanto, foi possível entrevistar somente dois grupos, tendo em vista a rotatividade do segundo grupo que eram os participantes (migrantes) e ainda pelo fato do programa não está ativo no período da pesquisa.

Foram realizadas nove entrevistas, sendo seis com os coordenadores e organizadores do programa ou ações vinculados ao programa e três com os voluntários e estudantes envolvidos. Os estratos dessa entrevista foram definidos com base nos objetivos da pesquisa, para que se pudesse analisar a percepção dos entrevistados em relação ao programa UFRR Comunidade ao qual fazem parte.

As entrevistas foram realizadas durante um período de duas semanas, no mês de maio de 2025, por meio de agendamento prévio e a disponibilidade. Ocorreram no próprio local em que se encontravam os entrevistados, foram uma entrevista pessoalmente, sendo a universidade ou seu próprio local de trabalho, e as outras oito de forma online pelo whatsapp, todas as entrevistas foram gravadas com a autorização e consentimento.

Quadro 5-Documentos

Documentos coletados	
Processo nº 23129.013808/2021-85	Acordo de Cooperação entre a UFRR e a ACNUR - referente a criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFRR.
Processo nº 23129.023748/2022-53	Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal de Roraima e a Operação Acolhida-Criação do Programa UFRR ComUnidade- vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello.
Edital Nº 057/2022- PRAE/UFRR	Seleção de Projetos de Extensão interessados em vincular-se ao “Programa UFRR ComUnidade.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

Quadro 6- Perfil Entrevistados

Perfil entrevistados				
	Sexo	Grupo	Vínculo	Atuação do sujeito
Entrevistado 1	Masculino	1	Professor da UFRR	Coordenador do Programa
Entrevistada 2	Feminino	1	Professora da UFRR	Coordenadora de Projeto vinculado ao Programa
Entrevistado 3	Masculino	1	Professor da UFRR	Coordenador de Projeto vinculado ao Programa
Entrevistada 4	Feminino	1	Professora da UFRR	Coordenadora de ação (Curso) de Projeto vinculado ao Programa
Entrevistado 5	Masculino	1	Professor da UFRR	Coordenador de Projeto vinculado ao Programa
Entrevistada 6	Feminino	1	Servidora efetiva/UFRR	Organizadora administrativa do Programa
Entrevistado 7	Masculino	3	Servidor efetivo/UFRR	Voluntario do Programa
Entrevistado 8	Masculino	3	Acadêmico da UFRR	Voluntaria do Programa
Entrevistada 9	Feminino	3	Acadêmica da UFRR	Voluntario do programa

Fonte: Produzido pela autora(2025)

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

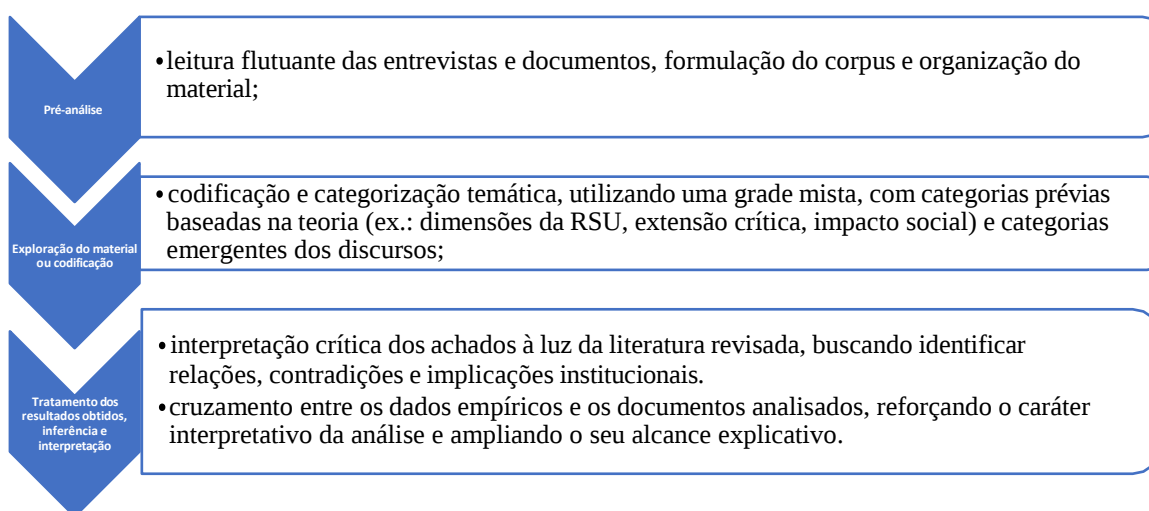
Para tratamento das informações, foi utilizada a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2006, p. 38) refere-se à análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

A análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas, se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da administração no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas (Dellagnelo & Silva, 2005).

Bardin (2016) apresenta a Análise de Conteúdo como um método que busca a compreensão dos dados por meio de inferências organizadas em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações. Essas fases estruturam o processo de análise qualitativa, conforme sintetizado a seguir:

Quadro 7: Etapas da análise de conteúdo



Fonte: (Bardin, 2016)

A fase de análise dos dados foi desenvolvida entre os meses de maio e junho de 2025, a primeira etapa correspondeu à pré-análise, fase exploratória em que as entrevistas foram transcritas integralmente e submetidas a uma leitura flutuante e minuciosa, com o objetivo de proporcionar uma visão panorâmica do conteúdo e organizar o corpus da pesquisa, conforme os procedimentos clássicos de Bardin (2016).

Essa leitura inicial possibilitou identificar unidades de sentido relevantes, subsidiando a estruturação analítica do material com base nos objetivos da investigação, esta fase consistiu na organização do material a ser analisado, os documentos e as entrevistas foram lidos integralmente para garantir a familiarização com o conteúdo. Em

seguida, foi realizada a escolha dos documentos mais relevantes para os objetivos da pesquisa e a transcrição integral das entrevistas gravadas.

Na etapa de exploração do material, foram identificadas as unidades de sentido presentes nos documentos e nas transcrições, por meio de uma codificação temática. A codificação foi realizada manualmente com base em categorias previamente definidas a partir dos objetivos da pesquisa, mas também abertas à emergência de novas categorias durante o processo. As categorias foram organizadas em torno de eixos temáticos centrais descritos na revisão bibliográfica, permitindo identificar a presença, ausência ou fragilidade de elementos que caracterizam uma atuação socialmente responsável, em consonância com os princípios do SINAES e da RSU.

Para a categorização, foi adotada uma abordagem híbrida, fundamentada em uma grade mista que reuniu categorias pré-estabelecidas com base no referencial teórico e categorias emergentes identificadas nas falas dos participantes. Tal estratégia permite maior aderência dos dados ao contexto empírico, conforme defendem Franco (2018) e Minayo (2014), ao valorizar a interpretação contextualizada das falas e a aproximação entre teoria e prática.

A terceira etapa, referente ao tratamento dos resultados e à interpretação, após a categorização, os dados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, buscando estabelecer relações entre os discursos dos participantes, os conteúdos documentais e os objetivos da pesquisa. Envolveu a sistematização dos achados com vistas à produção de inferências consistentes e teoricamente embasados. A análise buscou revelar sentidos latentes nas falas, promovendo articulação crítica entre os dados empíricos e o marco conceitual adotado, como propõem Bardin (2016) e Minayo (2014).

Os resultados obtidos serão apresentados na seção seguinte, com destaque para as categorias e subcategorias emergentes que expressam os significados atribuídos à experiência do programa pelos diferentes grupos entrevistados.

4 RESULTADOS

O capítulo a seguir, tem o objetivo de descrever o Programa de extensão UFRR Comunidade, apresentar a análise, resultados e discussão dos dados obtidos por meio da aplicação dos roteiros de entrevistas junto aos participantes da pesquisa, no intuito de analisar as contribuições do programa “UFRR Comunidade” no que diz respeito ao a contribuição do programa de extensão para a responsabilidade social universitária da UFRR.

A primeira etapa da análise dos dados tem o propósito de conduzir o leitor às percepções dos coordenadores e organizadores do programa. Os mesmos foram questionados sobre os principais desafios enfrentados na implementação do programa, sobre o processo de atendimento dos migrantes, a avaliação do impacto que o programa tem nos participantes e por último sobre a relação da responsabilidade social universitária e os princípios estabelecidos pelo SINAES.

Na segunda etapa, os entrevistados foram os estudantes universitários e os voluntários do programa, que no momento foram questionados sobre suas motivações pessoais para participar do programa Comunidade, sobre a influência do programa na percepção de responsabilidade social e os conhecimentos e habilidades adquiridos por meio da participação no programa.

4.1 PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES E ORGANIZADORES.

Nessa etapa da pesquisa, o objetivo era compreender as percepções dos coordenadores e organizadores do programa UFRR Comunidade. Ao serem questionados quais seriam os principais desafios enfrentados na implementação e execução do programa, os entrevistados responderam conforme se segue abaixo.

“Primeiro desafio na questão da UFRR Comunidade, é a questão da estabilidade orçamentária a gente não sabe né, quanto que a gente vai ter de orçamento para planejar uma ideia de continuidade do programa, então a gente fica dependendo disso ano a ano, para discutir quando é que a gente vai ter dinheiro para realizar as atividades, né isso acaba sempre atrasando, né? A gente acaba implementando as atividades sempre no segundo semestre. É por causa dessa questão, né? Da demora para a definição de qual é o nosso orçamento. E também o aspecto da toda a burocracia envolvendo atividades relacionadas à operação acolhida. Eles tem

uma dinâmica de controle e até de certa forma, de uma desconfiança em relação ao que a gente está realizando no âmbito da extensão, então esses acabam sendo 2 desafios bem fortes do ponto de vista institucional. Em relação aos nossos alunos, a maior dificuldade é a capacidade de comunicação, né em espanhol ou outro idioma, né? Isso a gente tem um problema em relação a isso. E segundo aspecto, também é o próprio interesse na dinâmica de engajamento. A universidade oferece uma série de oportunidades para os alunos, mas muitos deles não estão interessados nesse tipo de atividade. Não consegue visualizar a questão da extensão como um potencial, em termos de formação e oportunidade de emprego mais à frente” (entrevistado 1).

“Bom, em relação a nossa participação, a nossa, eu digo do Projeto práticas linguagens artísticas contemporâneas, do coletivo PLAC. No programa é UFRR comunidades, né, que envolve a atuação, nos abrigos. Um trabalho com crianças, hã? Referente a quais são os principais desafios enfrentados na implementação e execução do programa ou ação, né? No caso do nosso projeto do Plac. É, em primeiro lugar, a questão do contato linguístico, né? Muitos dos nossos alunos da graduação não têm o conhecimento da língua espanhola para atuar com crianças e jovens migrantes, né? Então essa é a primeira dificuldade. A segunda dificuldade seria a questão de fornecimento de materiais. Nós trabalhamos com a parte artística, então a gente precisa de papel, lápis de cor, tinta, enfim, materiais

para fazer a execução das atividades de artes e a UFRR e, muito menos os abrigos da não dispõem desse tipo de material, né? Quando dispõe, demora um tempo muito grande pra conseguir. Na nas ações que a gente fez, eles conseguiram o material até então foi relativamente tranquilo essa atuação, né? E também a questão que vai entrar um pouquinho nesse impacto, né? É, são as questões afetivas, emocionais. Um dos grandes desafios é a gente trabalhar com essas dificuldades da própria migração, as dificuldades das famílias, que são muito emocionais, muito econômicas, né, que quando a gente chega nesses espaços a gente percebe que as crianças são muito carentes e tem uma demanda muito grande de afetividade, de carinho, de atenção, por conta da situação em que elas se encontram. Então, acho que a gente tem alguns grandes desafios para implementação dessas ações dentro desses espaços que

são os abrigos” (entrevistado 2).

[“o principal desafio, foi da questão orçamentária, realmente, porque ele demorou bastante, né? Houve um contingenciamento de orçamento em 2024. E com isso, ou além disso, melhor dizendo, também houve a greve dos professores da universidade no país inteiro, né? Das universidades federais, Mas isso também é associado ao contingenciamento de orçamento. O dinheiro que seria destinado aos bolsistas. Ele demorou muito para chegar efetivamente aos bolsistas, tanto que os bolsistas só foram contemplados e tiveram início de suas atividades em setembro. Então, praticamente já havia passado mais da metade do ano. E havia aí aproximadamente 4 meses para concluir essas atividades. Infelizmente isso comprometeu bastante e esse eu visualizo, que é um dos principais entraves, dificuldades que existem na implementação de programa de extensão. Acaba que os recursos, ora, são relativamente limitados. E quando ora, estão disponíveis eles são retardados num cronograma muito lento para poder está em atividade, isso, infelizmente compromete o planejamento, compromete as ações em si, essas seriam as principais limitações”] (entrevistado 3).

[“Houve uma certa dificuldade por parte dos participantes, o deslocamento deles para a universidade e a própria localização deles aqui dentro do campus. Então, até eles se acostumarem, levou um tempinho. Mas foi positiva, também, nesse sentido de eles conhecerem o campus. A maioria nunca esteve em uma universidade e essa presença deles aqui já teve um impacto positivo. Eles conhecerem estar dentro de uma instituição de ensino superior. Outro momento que ocorreu foi o nosso deslocamento até o abrigo Rondon. Então, lá foi também uma outra experiência, porque, por exemplo, a primeira edição que teve aqui no campus, nós percebemos que não eram só pessoas do abrigo. Tinham imigrantes que estavam fora do abrigo, morando em outros lugares, de alguma forma eles souberam do curso e vieram. Então, foi meio que pulverizado o público. Mas lá foi bem específico para o abrigado, aquele que estava morando lá mesmo no abrigo. E realmente foi diferente em vários sentidos. No sentido de que, lá, a gente se deparou com um venezuelano nativo mesmo, que ainda estava

aprendendo o idioma português. Então, praticamente nada de português. A comunicação ali foi desafiadora. Nesse sentido, deles ainda estarem muito cru, muito novos no Brasil. Então, a gente teve que buscar se adaptar, mesclar. Foi mais uma iniciativa nossa, de mesclar a nossa fala, português e espanhol”] (entrevistado 4).

[“os principais desafios para o ensino de português como língua adicional ou língua de acolhimento aqui diz respeito muitas vezes, né? A pouca estrutura e o pouco apoio financeiro, inclusive, estrutural. É a falta de políticas públicas e linguística que efetivem de fato, o acolhimento linguístico desse público aqui a no Brasil. Porque vamos pegar o caso desses alunos que chegam aqui, tá? Eles chegam e os alunos em idade escolar se matriculam nas escolas e entram nas escolas. É, nós não temos políticas claras que orientem os professores nas escolas a como realizar a avaliação da aprendizagem desse público, por exemplo, né? Um professor de português vai passar uma tarefa de escrita de redação para esses alunos. E os alunos vão escrever essa redação. Essa redação vai ser avaliada. Como se o português fosse a língua materna deles. E não é. Então, em aspectos sintáticos, semânticos né? Esse aluno vai ter certos prejuízos se ele for avaliado como se fosse um brasileiro”] (entrevistado 5).

[“dentre os seguintes desafios, podemos destacar o desenvolvimento de atividades que contribuam efetivamente para a melhoria da condição de vida dessa população e que possam ser concluídas antes de sua transferência para outra cidade; necessidades de mais recursos para financiar as atividades, possibilitando a ampliação das atividades; oferta de ações que contribuam para o ingresso no mercado de trabalho, considerando as limitações de tempo e recursos disponíveis; realização de atividades de apoio às crianças, adolescentes e membros da família, como pessoas idosas e com deficiência, para que os responsáveis pelo núcleo

familiar possam realizar as atividades formativas sem preocupações adicionais”] (entrevistado 6).

Ao analisar o conteúdo das respostas dos entrevistados, percebe-se a ideia de

que os principais desafios do programa UFRR Comunidade giram em torno da instabilidade orçamentária, burocracia institucional, barreiras linguísticas, engajamento dos alunos, infraestrutura, além de questões pedagógicas, socioemocionais e estruturais do processo migratório. A insuficiência de recursos financeiros e a morosidade na liberação dos mesmos dificultam a execução de ações extensionistas condizentes com as demandas da comunidade atendida (Pires, 2019). A literatura destaca que "a sustentabilidade dos programas de extensão universitária depende da articulação entre financiamento adequado, planejamento estruturado e apoio institucional" (Junqueira & Henriques, 2010).

Os entrevistados relataram como maior obstáculo a instabilidade orçamentária e o atraso na liberação de recursos. A falta de definição sobre o orçamento anual da universidade dificulta o planejamento e provoca a execução tardia das ações (entrevistados 1 e 3). Além disso, há entraves burocráticos para a aquisição de materiais e para a operacionalização do programa em parceria com órgãos como a “Operação Acolhida”, que impõem controles e processos demorados que geram desconfiança institucional.

O desafio da comunicação entre extensionistas e migrantes ressalta a importância da competência intercultural para a efetivação do impacto social das ações universitárias (Freire & Santos, 2018). Segundo Arroyo (2017), “a inclusão de grupos migrantes exige estratégias pedagógicas específicas e sensíveis à pluralidade de contextos linguísticos e culturais”. Soma-se a isso a constatação de que o engajamento discente na extensão ainda é limitado, o que pode ser atribuído à dificuldade dos estudantes em visualizar a importância dessas práticas para a formação profissional (França, Santos & Ramos, 2021).

Um desafio recorrente é a dificuldade de comunicação: tanto os alunos extensionistas quanto parte significativa dos migrantes atendidos apresentam limitações linguísticas (especialmente no domínio do espanhol e do português, respectivamente). Isso dificulta as atividades pedagógicas, a integração e o vínculo entre atendentes e beneficiários — principalmente na atuação com crianças e com migrantes recém-chegados que não falam português (entrevistados 1, 2 e 4).

Quanto à infraestrutura e logística, dificuldades de acesso ao campus e à obtenção de materiais comprometem a efetividade das atividades extensionistas, conforme já observado em estudos sobre desafios da extensão em regiões periféricas

(Schneider & Silva, 2015). Já no tocante aos aspectos socioemocionais, a interação com crianças e famílias migrantes expõe a necessidade de ações que considere o acolhimento e a vulnerabilidade destes sujeitos (Costa & Marinho, 2022).

Os relatos demonstram pouca adesão e engajamento de parte dos alunos universitários nas atividades de extensão. Muitos não reconhecem a importância destes projetos para a formação pessoal e profissional e priorizam outras oportunidades acadêmicas. Isso limita a continuidade dos trabalhos e a participação de extensionistas qualificados (entrevistado 1).

A ausência de políticas públicas claras para acolhimento e avaliação de migrantes na educação básica evidenciam lacunas institucionais e reforçam a necessidade de articulação entre universidade, escolas e setor público (Silva & Oliveira, 2021; Ribeiro, 2020).

Foi mencionada a dificuldade de acesso ao campus universitário tanto pelos migrantes (por deslocamento e desconhecimento do espaço) quanto pela escassez e lentidão na disponibilização de materiais para realização das atividades, especialmente artísticas (entrevistados 2 e 4).

Ao atuar nos abrigos, emergem questões emocionais e afetivas importantes: crianças e famílias migrantes demandam apoio, atenção e acolhimento, além de assistência material. Essa necessidade extrapola o âmbito estritamente educativo, desafiando os participantes a compreender e intervir em questões de vulnerabilidade social, econômica e emocional (entrevistado 2). Há ausência de políticas públicas claras e efetivas para orientar o ensino e a avaliação de alunos migrantes. As escolas recebem essas crianças, mas muitas vezes os professores não sabem como avaliar adequadamente estudantes cuja língua materna não é o português, gerando prejuízos no processo educativo e dificuldades de inclusão efetiva (entrevistado 5).

O programa lida ainda com a necessidade de adaptar as ações ao perfil e situação instável dos migrantes, que muitas vezes são transferidos para outras cidades por decisão de órgãos federais. Isso exige programas rápidos, de curta duração, e atenção especial às famílias, para que todas as suas necessidades — inclusive de cuidado às crianças, idosos e pessoas com deficiência — sejam ao menos parcialmente atendidas (entrevistado 6).

Dessa forma, os desafios identificados refletem a complexidade da responsabilidade social universitária em contextos de vulnerabilidade e mobilidade populacional, corroborando autores que defendem a urgência de estratégias integradas e

colaborativas para a atuação extensionista eficaz (Vasconcelos & Lara, 2017).

Os entrevistados apontam que os principais desafios do programa Comunidade são de ordem orçamentária, burocrática, linguística, de engajamento estudantil e de infraestrutura, somados a questões pedagógicas, socioemocionais e estruturais do processo migratório. Essas dificuldades impactam diretamente a execução, a continuidade e a efetividade das ações extensionistas junto à população migrante venezuelana. A análise dessas respostas evidencia a complexidade da responsabilidade social universitária em contextos de vulnerabilidade e mobilidade populacional, sinalizando a necessidade de soluções integradas que envolvam políticas institucionais, formação específica, apoio socioemocional e gestão colaborativa

Em sequência, os entrevistados foram indagados a respeito de como o programa é estruturado para atender às necessidades dos migrantes venezuelanos, conforme segue as respostas abaixo.

[“a partir de uma série de pesquisas, né, que são desenvolvidas. E da própria vivência que a universidade tem em relação a essa temática. Então a gente, a partir das pesquisas é, e dessa vivência pode observar primeiro a questão idiomática, é uma questão central. A questão da inserção laboral é também algo bastante importante que ha grupos mais vulneráveis, né, como por exemplo, crianças, idosos e mulheres. Então, a partir dessas pesquisas, dessa vinculação entre a pesquisa e a dinâmica do que a gente está planejando em termos de extensão, a gente faz essa lógica de estruturação. O programa, comunidade também, acho que é um ponto importante, que quando a gente fala em extensão, a gente tem que pensar em termos de segurança dos nossos estudantes. E essa segurança, está muito atrelada, na perspectiva de não colocá-lo em situação de risco, há muita gente vulnerável fora, né? dos abrigos e das estruturas da operação acolhida na própria cidade. Mas a gente não tem muita segurança em relação à dinâmica desses espaços. Então a gente acabou optando no âmbito da ação do programa Comunidade com a operação acolhida por essa possibilidade de segurança, são espaços mais protegidos, uma dinâmica já de um risco menor de violência, de questões de assédio, que esses estudantes estariam vivenciando, então a gente acaba pensando nesse aspecto também. A gente reconhece que tem mais necessidade, às vezes até

fora das atividades da Operação acolhida, mas às vezes não tem

a

segurança para desenvolver”] (entrevistado 1).

“Em relação como o programa ou ação é estruturado para atender as necessidades dos migrantes venezuelanos, nós, dentro do projeto do coletivo Plac, a gente, trabalha com ações artísticas, com as linguagens básicas de desenho, pintura, enfim. E quando a gente trabalha com a questão da migração, a gente sempre busca levar em conta o contexto, quem são essas crianças, esses jovens, de onde eles vêm? Quais são as narrativas? Quais são as histórias? Então, a gente busca sempre atentar para essa questão contextual e das coisas boas que acontecem, tentando levar a arte como uma forma de potencializar as possibilidades positivas de integração deles no ambiente aonde eles se encontram neste momento, né? Então a gente tem aí uma preocupação grande de trazer a arte como uma forma de integração, de apoio, de inserção dessas pessoas dentro de um contexto mais acolhedor, também tendo em vista as situações, muitas vezes, de deslocamento, de econômicas, sociais que eles têm passado, nesse processo da migração, da chegada aqui nos abrigos, né?” (entrevistado 2).

“O primeiro Projeto de extensão que comentei que ele é o Português como língua de acolhimento, está vinculado ao programa de extensão da sociedade Fronteiras na Amazônia. Ele também tem a sua correlação com o programa de pós-graduação em sociedade Fronteira, o PPGSOF da universidade. Esse programa busca essa interdisciplinaridade e também busca a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Por isso, além de estar vinculado a um programa de pós-graduação, ele também tem as suas ramificações de extensão. Nele participam vários professores, da letras, professores da economia, do secretariado executivo, da história, enfim, diversos setores da universidade, de diversas ciências que assim podemos dizer. E também diversos estudantes, estudantes tanto da graduação como da pós-graduação, de cursos diferentes, Cursos como relações internacionais, e também Economia, secretariado executivo, letras. atualmente, esses são os principais. E eles então, juntos, todo esse corpo, nós temos uma parceria com a Cáritas diocesana. Que é um dos segmentos que organiza, também a parte do curso. No sentido de divulgar de fornecer o espaço para a sala de aula. Hoje a caritas tem a sua sede, no centro da cidade, muito próximo ao local estratégico, né? Do Mini terminal. Quer dizer, do terminal

rodoviário, ele está numa região muito bem, de fácil acesso e relativamente próxima aos abrigos, ela fica na rua Floriano Peixoto, bem no centro. Então ele tem essa estrutura para poder atender, ela já faz também esses contatos, principalmente com as mulheres Venezuelanas, que é um público que acaba sendo também de prioridade nessas atividades. No geral, a estrutura é essa, parte é de um corpo de Professores da universidade, parte também dos estudantes da universidade e aí a outra parte, essa cooperação com a carta diocesana de Roraima” (entrevistado 3).

“A ação que eu desenvolvi, que foi denominada Preparação para o Mercado de Trabalho, ela, na verdade, é o desdobramento de uma anterior, que foi iniciada aqui dentro da universidade. Ela, inicialmente, tinha o nome de Desenvolvendo Talentos para o Mercado de Trabalho, que foi realizado aqui dentro do campus, na primeira edição, utilizando as nossas salas, e os participantes vinham para cá. Outro momento que ocorreu foi o nosso deslocamento até o abrigo Rondon. Então, lá foi também uma outra experiência, porque, por exemplo, a primeira edição que teve aqui no campus, nós percebemos que não eram só pessoas do abrigo” (entrevistado 4).

“Eu acho importante acrescentar que a gente tem trabalhado nessa frente de ensino de português, língua adicional ou língua de acolhimento. Mas à nossa frente ela consegue atuar, porque nós temos uma equipe interdisciplinar, multidisciplinar, que opera de várias formas, e atua com as crianças, de modo a deixar os pais, por exemplo, para poder assistir às aulas com mais tranquilidade, com mais foco, sem ficar se preocupando ali com uma criança pequena junto. Enfim, essas tarefas, essas atividades interdisciplinares, como por exemplo, desenvolvido pela equipe de artes, equipe de apoio social, isso tudo contribui muito e enriquece muito nosso trabalho, né? É tudo muito articulado. Tudo bem costurado para atender as necessidades dos migrantes venezuelanos” (entrevistado 5).

“A equipe da Operação Acolhida e da ACNUR apresentou as demandas específicas, e os docentes e técnicos da UFRR interessados puderam realizar uma visita aos abrigos para entender melhor as necessidades da população venezuelana. Com base nas demandas apresentadas, foi firmado um acordo de cooperação entre a UFRR e a Operação Acolhida. Após a assinatura do documento, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) abriu uma

chamada para propostas de ações que pudessem desenvolver atividades nos abrigos dentro das áreas demandadas, oferecendo bolsas para discentes de graduação da UFRR. Ao longo dos anos de parceria, as principais atividades desenvolvidas incluíram: curso de língua portuguesa para estrangeiros; preparação para o mercado de trabalho; informática; atendimento psicológico para mulheres grávidas e atividades lúdicas e de artes plásticas para crianças e adolescentes” (entrevistado 6).

Com base na análise de conteúdo das respostas, Os entrevistados destacam que a estrutura do programa é pautada em processos de pesquisa sociológica, análises situacionais e vivências acumuladas pela universidade (entrevistado 1). Essa abordagem permite mapear necessidades centrais - como questões idiomáticas, inserção no mercado de trabalho e vulnerabilidades específicas (crianças, idosos, mulheres) – e balizar o planejamento das ações extensionistas. Esse diagnóstico contínuo demonstra sensibilidade à dinâmica migratória e flexibilidade para se adaptar às demandas que emergem “do campo”.

Foi apontada a preocupação com a segurança dos estudantes extensionistas, razão pela qual as ações são preferencialmente executadas em parceria com a Operação Acolhida, dentro dos abrigos oficiais, considerados mais protegidos e estruturados. Essa estratégia prioriza a integridade dos envolvidos sem desconsiderar as demandas externas, ainda que essas não possam ser sempre plenamente atendidas por limitações de segurança (entrevistado 1). A estruturação do programa também se baseia em parcerias diretas com ONGs e entidades como a Cáritas Diocesana, que facilitam o acesso, fornecem espaços e articulam o contato direto com o público migrante – sobretudo mulheres, que são público prioritário em algumas ações (entrevistado 3). Tais alianças dão legitimidade institucional, facilitam a logística e potencializam o alcance das iniciativas.

A atuação ocorre por meio de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, envolvendo professores e estudantes de diferentes áreas: Letras, Economia, Secretariado Executivo, História, Relações Internacionais, entre outras. Isso permite que as ações cubram desde ensino de português e preparação para o mercado de trabalho até atividades artísticas, apoio social e psicológico (entrevistados 3, 5 e 6). A integração de diferentes saberes e competências sustenta intervenções mais holísticas e coesas, ampliando a compreensão dos contextos individuais e coletivos dos migrantes.

Os projetos relatados demonstram forte preocupação em respeitar e valorizar as narrativas pessoais, contextos de origem e trajetórias migratórias dos atendidos. No caso das oficinas artísticas, por exemplo, a metodologia promove a integração pelo reconhecimento das histórias e potencialidades dos migrantes, usando a arte como linguagem universal e ferramenta de inclusão (entrevistado 2).

A estrutura do curso de português como língua de acolhimento contempla desde crianças até adultos, utilizando métodos lúdicos, atividades voltadas ao cotidiano e suporte à participação dos pais (com cuidadores para crianças durante as aulas), permitindo o foco nas necessidades reais do público sem gerar desconforto ou exclusão (entrevistado 5).

Há flexibilidade na forma como as ações são oferecidas: algumas são executadas no campus universitário – abrindo oportunidades para migrantes conhecerem o ambiente acadêmico –, enquanto outras são levadas até os abrigos, ampliando o acesso a públicos mais vulneráveis e menos familiarizados com a universidade (entrevistado 4). A estruturação das atividades parte de diagnóstico participativo, a partir das demandas apresentadas pela própria Operação Acolhida, ACNUR e moradores dos abrigos. Posteriormente, a universidade lança editais internos para equipes desenvolverem projetos customizados para essas necessidades, com previsão de bolsas para discentes, garantindo engajamento e profissionalização das ações (entrevistado 6). As ações ofertadas incluem desde ensino de língua portuguesa, oficinas de informática, atividades lúdico-artísticas, apoio psicológico (especialmente para mulheres grávidas), até cursos de qualificação profissional, ampliando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e autossuficiência dos migrantes e suas famílias (entrevistado 6).

O programa UFRR Comunidade é estruturado a partir de um forte embasamento científico e diagnóstico participativo, ancorado em parcerias institucionais sólidas, equipes multidisciplinares, oferta diversificada e metodologia acolhedora. A estratégia busca responder de maneira integrada às necessidades emergentes dos migrantes, considerando os diversos eixos da vulnerabilidade social, econômica e cultural. As ações são planejadas para garantir segurança, inclusão, formação e inserção social, sempre respeitando o contexto real dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista.

O programa de extensão “UFRR Comunidade” da UFRR evidencia uma abordagem significativamente articulada entre ciência, responsabilidade social e inovação metodológica para responder aos desafios impostos pela migração venezuelana em Boa

Vista. Este esforço está alinhado ao conceito de extensão universitária como “processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2012).

A utilização de diagnósticos a partir de pesquisas e vivências extensionistas, destacada nos relatos, é considerada uma diretriz fundamental para intervenções bem-sucedidas em contextos migratórios. Conforme aponta Arroyo (2017), “a escuta ativa das demandas reais dos migrantes é o ponto de partida para uma ação universitária com potencial emancipador”. Essa postura leva a estrutura extensionista a reconhecer diferentes graus de vulnerabilidade (crianças, mulheres, idosos) e as demandas linguísticas, de inserção social e profissional, delineando estratégias que priorizam o atendimento a essas necessidades.

A escolha de atuar, prioritariamente, em ambientes geridos por organismos parceiros (como a Operação Acolhida e a Cáritas) revela atenção ao risco institucional e pessoal e reforça o que Giacometto et al. (2019) defendem: “A extensão universitária deve buscar parcerias que ampliem a legitimidade, segurança e efetividade social de suas ações, potencializando resultados e minimizando constrangimentos.” A composição de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, representando áreas variadas do conhecimento, é apontada como elemento essencial nos programas de extensão universitária que visam equidade e justiça social (Campos et al., 2019). Isso possibilita resposta mais ampla às necessidades dos migrantes, indo além de ações assistencialistas, como destaca Freire & Santos (2018): “A inclusão efetiva de migrantes pressupõe projetos que promovam não apenas adaptação linguística, mas também integração cultural, profissional e emocional”.

O uso de metodologias inclusivas, como oficinas artísticas, atividades lúdicas e ensino de português para estrangeiros, permite um acolhimento mais humano e sensível à condição migrante, reafirmando o papel da extensão em mediar o encontro entre diferentes universos culturais e sociais (Costa & marinho, 2022). A personalização dos métodos, levando em conta histórias e trajetórias migratórias individuais, potencializa a sensação de pertencimento e a autonomia dos sujeitos (Arroyo, 2017).

Apesar dos avanços, os depoimentos revelam desafios estruturais persistentes na extensão universitária, especialmente nos aspectos logísticos, orçamentários e de engajamento estudantil. Tais questões já são amplamente discutidas por Junqueira & Henriques (2010), que ressalta a necessidade de planejamento financeiro e apoio

institucional para garantir a continuidade e eficácia das ações extensionistas. Da mesma forma, a literatura aponta que incentivos à participação discente — bolsas, reconhecimento acadêmico e estímulo à pesquisa-ação — são fundamentais para consolidar a cultura extensionista (França, Santos , Ramos, 2021).

A atuação da universidade junto à população migrante reforça a premissa de que “o compromisso social da universidade brasileira deve ser orientado por práticas integrativas, participativas e consideradas à luz dos direitos humanos” (Vasconcelos & Lara, 2017). A experiência do programa Comunidade é exemplar ao alinhar suas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo inclusão educacional, respeito à diversidade e empregabilidade.

Em sequência, os entrevistados como questionados sobre como é avaliado o impacto do programa na comunidade e nos participantes, conforme as respostas que seguem abaixo.

“O impacto é avaliado primeiro pelo número de atendimentos, né? A dinâmica do relatório dos estudantes, eles estão apontando. O relatório também é dos próprios professores, né? Quando eles fazem avaliação dessas atividades, os parceiros, né, em relação a essas atividades também são importantes para a gente estar avaliando e muitas vezes até no contato direto com alguns desses, usuários da ação de extensão, a gente avalia. Não temos uma métrica específica para avaliação. Acho que isso é algo talvez que vale a pena a gente desenvolver muito mais, uma avaliação qualitativa, né? Mas uma qualitativa a partir dali, desses relatos, mas talvez um elemento interessante que a gente possa pensar no futuro, pensar em algo mais quantitativo para além do número de usuários atendidos” (entrevistado 1).

[“É muito difícil a gente avaliar esses impactos tendo em vista a rotatividade desse público, né? Quando a gente faz algumas ações nesses espaços, quando a gente vai numa semana é um público, na outra semana é outra. Então, é muito difícil a gente fazer um processo de acompanhamento de como essas ações, elas estão impactando ou elas estão efetivamente causando alguma repercussão dentro da comunidade ou dos participantes. Mas assim, uma das questões mais visíveis que a gente percebe é o retorno das famílias. E principalmente, das crianças com afetividade, com carinho, com a

vontade delas estarem aí naquele espaço que a gente percebe de uma forma muito nítida que eles gostam, né? Que eles querem voltar, muito embora muitas vezes eles não retornem, né? Então, toda vez que as crianças saem do espaço onde a gente está trabalhando, elas não querem sair, né? Elas querem continuar aí. Elas querem continuar com a nossa atuação. Então, infelizmente a gente não tem aí uma forma de avaliar esse impacto diretamente dentro da comunidade”] (entrevistado 2).

[“Essa avaliação é feita qualitativa, no sentido de acompanhar, é feita uma cerimônia de encerramento em que se é pedido que eles façam uma espécie de redação, que eles escrevam Como foi a experiência? O que isso pode ter agregado, tanto na vida científica, no sentido de aquisição de conhecimento técnico, como também na vida particular, como foi encontrar outras pessoas, viver aquela experiência. Nesse sentido, então, é uma oportunidade também que tem de socializar e compartilhar essas impressões. Na cerimônia de encerramento, que também tem essa entrega do certificado, com músicas típicas de cada um, cada região de proveniência de cada um deles. Às vezes, alguns cantam a depender das habilidades musicais, outros selecionam algum vídeo, algum algo específico para poder apresentar e passar na projeção para os participantes. E também tem uma questão quantitativa. É feito, numericamente a quantidade. É de inscritos e também o de concluintes, né, no total, no ano passado, cada turma teve entre 32 e 35 estudantes. E ao longo de 2024, chegamos praticamente a 100 pessoas, que passaram por esse processo de formação ao longo do ano”] (entrevistado 3).

[“existe lá uma avaliação final que nós fazemos nós, enquanto administrantes, e salvo engano também do abrigo, que eles preenchem lá, dão conceito, avaliando, elogiando, sugerindo melhorias, essa foi a única forma de avaliação completa. No mais, foi só a avaliação visual mesmo, da alegria delas, da gratidão. Mas, assim, concretamente, acho que seria o único instrumento que teríamos para obter, formalmente, a avaliação do impacto. Porque o acompanhamento a gente não tem. Eu acredito que o abrigo também não proporcione, não tenha isso. Até porque também muitos vão embora”] (entrevistado 4).

[“queria muito acompanhar, como que é eles, após o curso, se encontram emprego, se participam de alguma ação de interiorização, se entram no vestibular, por exemplo, né. Se ingressa na universidade, em algum curso, em alguma coisa, mas por vezes nos falta força, mão-de-obra, energia, tempo para dar conta disso, né? Então acaba que a gente avalia o programa pela aprendizagem do português ali mesmo”] (entrevistado 5).

[“Os coordenadores das ações realizam escuta ativa e contínua durante a execução das atividades, buscando entender se a temática abordada foi útil e se houve aquisição de novos conhecimentos e habilidades. Os participantes são incentivados a sugerir novas abordagens e fornecer um retorno sobre as atividades. A equipe da Operação Acolhida fornece informações sobre o impacto do programa, incluindo: número de participantes que ingressaram no mercado de trabalho e melhoria na posição e/ou salário no mercado de trabalho após a participação nas atividades formativas”] (entrevistado 6).

Levando em consideração a análise do conteúdo das entrevistas e as respostas dos entrevistados, a avaliação do impacto é fortemente fundamentada em relatos qualitativos: relatórios de estudantes e professores, retorno espontâneo dos beneficiários, e observação direta, especialmente do comportamento das crianças e famílias (entrevistados 1, 2, 4 e 6). É destacada a afetividade na devolutiva das crianças e o desejo de permanência nos espaços extensionistas como importantes indicadores subjetivos do sucesso das ações. O reconhecimento do valor desses dados qualitativos está alinhado com autores que veem na escuta ativa e nas narrativas dos sujeitos uma poderosa fonte de informações para avaliação em projetos sociais (Arroyo, 2017; Costa & Marinho, 2022).

A alta rotatividade do público migrante é apontada como grande obstáculo ao monitoramento de mudanças de médio e longo prazo. Frequentemente cada edição das atividades atende públicos diferentes, dificultando o acompanhamento sistematizado dos resultados ao longo do tempo (entrevistados 2 e 4). O acompanhamento efetivo de trajetórias (como ingresso no trabalho formal, continuidade dos estudos, ou interiorização) é considerado desejável, porém pouco viável devido a restrições de tempo, pessoal e estrutura (entrevistado 5). Tal desafio é comum em projetos extensionistas voltados à população migrante, segundo estudos sobre o tema (Costa & Marinho, 2022;

Vasconcelos & Lara, 2017).

Os depoimentos indicam a adoção de métricas quantitativas básicas, como número de participantes, inscritos e concluintes (entrevistados 1, 3, 6). No entanto, a maioria reconhece que essa métrica é insuficiente para dimensionar o real impacto social das ações, e sugerem a necessidade de instrumentos mais robustos de avaliação, capazes de captar transformações individuais e coletivas além do simples alcance numérico.

Foram relatados instrumentos formais de feedback, como avaliações finais, questionários de satisfação e cerimônias de encerramento nas quais é solicitado aos participantes que expressem suas percepções sobre o programa (entrevistados 3, 4, 6). Essas ocasiões são também oportunidades de troca cultural e valorização da diversidade, reforçando o caráter inclusivo e participativo das ações (Freire & Santos, 2018).

Em alguns casos, parcerias com a Operação Acolhida e organizações locais permitem acessar dados mais tangíveis de impacto, como a inserção de migrantes no mercado de trabalho e melhorias em suas condições socioeconômicas (entrevistado 6). A presença de atores institucionais externos amplia o alcance do acompanhamento, embora ainda de forma limitada.

Os entrevistados demonstram consciência crítica das fragilidades do atual modelo de avaliação, sugerindo a construção futura de modelos mais sofisticados, que combinem instrumentos qualitativos (histórias de vida, depoimentos, autoavaliações) e quantitativos (rastreamento de inserção laboral, matrícula em cursos, etc.). Isso está em sintonia com estudos recentes que defendem modelos mistos para avaliação de impacto de projetos de extensão em contextos de alta vulnerabilidade (Campos et al., 2019; França, Santos & Ramos, 2021).

A avaliação do impacto do programa é, na prática, majoritariamente qualitativa e processual, valorizando tanto o testemunho dos sujeitos beneficiários quanto o olhar dos agentes universitários. Tal modelo está em consonância com as diretrizes extensionistas, que consideram o acompanhamento de processos e a escuta dos sujeitos parte fundamental da extensão universitária (FORPROEX, 2012).

Contudo, as limitações metodológicas, especialmente em função da rotatividade migratória, demandam a criação de dispositivos avaliativos mais integrados, multidimensionais e contínuos — estratégia recomendada por Vasconcelos & Lara (2017) e Junqueira & Henriques (2010) para projetos sociais em ambientes dinâmicos e instáveis.

O reconhecimento do vínculo afetivo, o incentivo à participação ativa dos migrantes na avaliação e a busca por parcerias institucionais são avanços significativos, mas há espaço para o desenvolvimento de metodologias mistas, capazes de mensurar mais objetivamente o impacto transformador do programa na comunidade migrante atendida.

Por fim, os entrevistados foram questionados se percebiam que o programa UFRR Comunidade contribuía para a promoção da responsabilidade social universitária, conforme princípios estabelecidos pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Os trechos das entrevistas seguem.

[sem dúvida que o programa contribui muito para a promoção da responsabilidade social universitária. É muito sensível os impactos que isso causa nos estudantes, que reverbera dentro de sala de aula, nas condutas fora e também em relação aos próprios professores, né? Que se engajam e acabam conhecendo mais das atividades que são desenvolvidas no âmbito aqui do estado em termos de proteção, acolhimento, então, sem dúvida alguma. Contribui, contribui muito] (entrevistado 1).

“Eu acho que esse daqui é aqueles princípios de averiguação de impacto social, alguma coisa assim, não é? É, eu acho que a gente tem cumprido, sim. Eu acho que o programa tem ajudado bastante a promoção da responsabilidade social universitária, seja por esse viés da extensão, enquanto contribuição para a comunidade e contribuição na formação dos envolvidos. Eu, por exemplo, me sinto muito privilegiado de continuamente estudando, aprendendo, me aperfeiçoando, né? Faço essa avaliação também dos alunos que participam, mediando as aulas ou ministrando as aulas. Eu acho que eles têm um ganho substancial na formação docente deles, pelas experiências com os venezuelanos. Eu acho que no aspecto da interculturalidade é muito rica essa aprendizagem. É aprendizagem, nível linguístico, em nível cultural, em nível educacional, em nível social, é muito bom interagir com outros públicos, conhecer outras perspectivas, outros pontos de vistas. Acho que para a universidade, esse tipo de projeto de extensão com forte responsabilidade social é fundamental. Por que, eventualmente, a gente pode ter essa extensão, que é um tanto quanto distante das realidades sociais mais carentes, É triste dizer isso, né?

Mas as vezes a gente tem que fazer essa autocrítica. Às vezes os nossos projetos de extensão não são de fato aquela extensão que dialoga, contribui, promove transformação social naqueles casos mais críticos, naqueles casos de maior vulnerabilidade social. Às vezes a gente pode ter assim uma extensão muito, um tanto quanto, digamos assim, omissa com relação a algumas questões sociais, e acho que o programa Comunidade não se enquadra nisso” (entrevistado 5).

“Sim, o programa UFRR ComUnidade contribui para a promoção da responsabilidade social universitária, conforme princípios estabelecidos pelo SINAES, tendo em vista que promove a interação com a comunidade, beneficiando populações vulneráveis, além de promover a formação cidadã e profissional dos participantes, possibilitando inclusão e valorização da diversidade cultural” (entrevistado 6).

Todos os entrevistados apontam de maneira clara e enfática que o programa UFRR Comunidade contribui substancialmente para a promoção da responsabilidade social universitária. Esse reconhecimento se dá tanto pelo impacto gerado na comunidade migrante venezuelana quanto pela formação dos próprios estudantes e professores envolvidos. A participação no programa é percebida como promotora de mudanças reais nas atitudes, nas práticas e na sensibilidade dos estudantes e docentes (entrevistado 1). Esse efeito reverbera tanto em sala de aula quanto nas interações sociais externas, evidenciando que o contato direto com contextos de vulnerabilidade potencializa a formação cidadã e ética, objetivo diretamente alinhado ao princípio da responsabilidade social previsto pelo SINAES (Brasil, 2004).

Destaca-se o papel da extensão universitária como ponte efetiva entre universidade e problemas sociais concretos. O relato do entrevistado cinco evidencia uma autocrítica relevante: nem toda extensão universitária dialoga de fato com populações vulneráveis ou promove transformação social significativa. O programa Comunidade, ao contrário, é visto como exemplo de ação extensionista genuinamente comprometida com a promoção da justiça social, inclusão, equidade e diversidade cultural—valores centrais para a responsabilidade social universitária (FORPROEX, 2012; Freire & Santos, 2018). O contato com imigrantes venezuelanos é enriquecedor no plano humano, cultural,

linguístico e social, ampliando o desenvolvimento de competências interculturais e de empatia entre os participantes, como defendido por Arroyo (2017) e França, Santos & Ramos (2021).

O programa é destacado por promover a interação da instituição com a comunidade externa, especialmente populações vulneráveis, e por possibilitar a inserção cidadã e profissional do público atendido (entrevistado 6). Tais resultados confirmam as diretrizes do SINAES, que exige das instituições de ensino superior projetos que promovam a relevância social do conhecimento, a democratização de oportunidades e o respeito à diversidade (BRASIL, 2004).

Os entrevistados reforçam que, além de beneficiar a comunidade migrante, o programa contribui para a formação integral dos próprios estudantes e docentes, enriquecendo as dimensões formativa, ética, social, profissional e intercultural — elementos intrinsecamente relacionados à responsabilidade social universitária (Vasconcelos & Lara, 2017; FORPROEX, 2012).

A análise de conteúdo das respostas revela que o programa UFRR Comunidade é uma referência de extensão comprometida com os princípios da responsabilidade social universitária, particularmente nos quesitos do SINAES: relevância social, inclusão, equidade, promoção do desenvolvimento humano, democratização do conhecimento e formação cidadã. Essa contribuição está em consonância com a literatura sobre o papel transformador da extensão em ambientes de vulnerabilidade e interculturalidade (Arroyo, 2017; Campos et al., 2019; Freire & Santos, 2018), além de cumprir o que estabelece o SINAES em sua dimensão de responsabilidade social e interação formativa com a comunidade.

4.2 PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES E VOLUNTÁRIOS.

Nessa etapa da pesquisa, o objetivo foi compreender as percepções dos estudantes e voluntários do programa comunidade. Ao serem questionados quais seriam suas principais motivações para o seu envolvimento no programa, os entrevistados responderam conforme se segue abaixo.

“O aspecto humanista e social abordado pelo Programa UFRR Comunidade é o que chama atenção logo de início, afinal, as ações de Extensão vinculadas ao Programa abordam um tema bastante sensível em nossa cidade, que é a situação dos migrantes

venezuelanos. Muitos deles são pessoas humildes que só buscam ter o suficiente pra viver, mas pra isso, por estarem em um país estrangeiro, precisam de auxílio, orientação e formação mesmo para então ter acesso aos serviços públicos ou um emprego” (entrevistado1).

“A urgência que enxergo em a universidade investir mais ainda em ações externas do campus, com o fim de motivar, inspirar e levar conhecimento as pessoas que ainda não estão na Universidade. O conhecimento ao meu ver, precisa ser democratizado, e a UFRR pode ser um instrumento crucial nesse processo” (entrevistado 2).

“Minhas motivações para me envolver com o programa foi à oportunidade de vivenciar novas realidade e contribuir de alguma forma com a comunidade” (entrevistado3).

O primeiro entrevistado destaca como principal motivação o aspecto humanista e social do programa, ressaltando a importância do acolhimento e da orientação a um grupo vulnerável e carente de apoio, os migrantes venezuelanos. A participação é vista como uma maneira concreta de exercer valores de solidariedade, justiça e cidadania — motivação frequentemente reconhecida na literatura como inerente ao voluntariado universitário e ao engajamento em extensão com responsabilidade social (França, Santos & Ramos, 2021; Arroyo, 2017).

O segundo entrevistado se mostra motivado pela necessidade de a universidade sair dos limites do campus e democratizar o acesso ao conhecimento, sobretudo para públicos marginalizados ou que não fazem parte da universidade. Essa motivação revela um entendimento aprofundado do papel social da universidade pública e do caráter emancipador da extensão, alinhado aos princípios do SINAES e das políticas de extensão universitária (FORPROEX, 2012). O desejo de ser agente de transformação, levando informação e inspiração a quem mais necessita, revela um perfil de estudante ativo e comprometido com mudanças sociais.

O terceiro entrevistado enfatiza a oportunidade de vivenciar novas realidades, desenvolver empatia e contribuir efetivamente com a comunidade. O interesse pela experiência prática e pelo contato com contextos diferentes está em sintonia com discussões sobre aprendizagem experiencial e formação de competências socioemocionais essenciais para a formação cidadã (Campos et al., 2019; Freire & 68

Santos, 2018).

As respostas revelam motivações múltiplas, mas complementares: há o desejo de contribuir socialmente (humanismo e solidariedade), o compromisso com papel social da universidade (democratização do conhecimento), e a busca por experiências pessoais transformadoras (empatia e vivência prática da cidadania). Essas motivações correspondem ao perfil que a literatura identifica como protagonista da extensão universitária engajada, que “valoriza a formação integral, o desenvolvimento de competências sociais, a responsabilidade coletiva e a construção de uma universidade dialógica e transformadora” (Vasconcelos & Lara, 2017; França, Santos & Ramos, 2021).

Os depoimentos apontam que o engajamento no programa Comunidade vai além do cumprimento de horas ou de requisitos curriculares, sendo marcado por propósitos éticos, sociais e formativos, os quais são centrais em propostas inovadoras de ensino superior no Brasil. Em seguida, o questionamento estava relacionado sobre como a participação no programa influenciou sua percepção sobre responsabilidade social, conforme segue.

[“Ao participar das atividades práticas pude ver ao vivo a responsabilidade social da Universidade sendo executada por meio do atendimento aos migrantes. As ações de Extensão têm em sua essência levar para a comunidade externa o conhecimento adquirido nos momentos de formação dentro da Universidade, e essa troca é fundamental tanto para nós que compomos a UFRR (servidores, discentes) quanto para os atendidos”] (entrevistado1).

[“participação trouxe um olhar diferente sobre as pessoas e o papel de nós discentes para com o social. Somos o futuro do país, ocuparemos postos de trabalho que irão influenciar fortemente a sociedade, seja em cargos públicos ou privados. Nossa responsabilidade para com a sociedade seja na produção de conhecimento ou ocupando postos de trabalho, é muito grande e deve ser levada a sério. Eu vejo as ações do programa Comunidade como um bom começo na transmissão de saberes científicos e culturais, especialmente para o público que não tem acesso facilitado aos meios e canais de conhecimento”] (entrevistado2).

“O programa me permitiu ter uma nova perspectiva da realidade social que o estado vive atualmente, me motivou a me engajar muito mais para me disponibilizar e contribuir cada vez mais com ações que beneficiem as pessoas profissionais que vivem em estado de vulnerabilidade” (entrevistado3).

Os estudantes relatam que a participação direta no programa permitiu vivenciar realidades de vulnerabilidade social antes distantes, tornando mais concreta a noção de responsabilidade social. Ao atuar junto a migrantes venezuelanos, perceberam na prática a importância do compromisso ético e coletivo da universidade e do cidadão com a transformação social, confirmando o papel da extensão como formadora de consciência cidadã (França, Santos & Ramos, 2021).

A experiência extensionista levou muitos estudantes a desconstruírem estigmas e pré-julgamentos em relação à população migrante. O contato humano proporcionou enxergar as dificuldades, as potencialidades e o valor do acolhimento, favorecendo a empatia e a compreensão da alteridade — aspectos intensamente destacados na literatura sobre responsabilidade social universitária (Freire & Santos, 2018; Arroyo, 2017).

Os relatos indicam que os estudantes passaram a reconhecer de forma mais clara a responsabilidade da universidade pública na promoção do desenvolvimento social, da justiça e da equidade. Eles compreenderam que a atuação acadêmica pode e deve ultrapassar os muros do campus, impactando positivamente a sociedade (FORPROEX, 2012). Isso vai ao encontro das diretrizes do SINAES, que entende a responsabilidade social como eixo indissociável da missão institucional.

Os entrevistados também destacaram o quanto a participação influenciou seu próprio desenvolvimento pessoal, ampliando habilidades socioemocionais, senso de solidariedade, capacidade de diálogo intercultural e motivação para o engajamento em outras iniciativas sociais (Campos et al., 2019).

A participação dos estudantes no programa de extensão UFRR Comunidade foi transformadora, pois passou a responsabilidade social da abstração para a vivência: eles deixaram de ver a responsabilidade social como mero discurso, experimentando-a como ação concreta e cotidiana. Essa experiência alinha-se ao que defende Vasconcelos & Lara (2017), para quem a extensão universitária proporciona “uma aprendizagem transformadora, crítica e engajada, essencial para a formação integral do estudante”.

Cabe ressaltar que a participação dos estudantes no programa de extensão UFRR 70

Comunidade contribui significativamente para ampliar sua compreensão sobre responsabilidade social, mostrando que o compromisso da universidade vai além da sala de aula, sendo uma dimensão prática e coletiva. Como indica Paulo Freire (2002), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”, e o processo de educação dialógica, em contato com populações diversas e vulneráveis, expande a visão de mundo e cria sujeitos mais críticos e solidários.

Segundo Almeida Filho (2011), envolver-se em projetos sociais contribui para o desenvolvimento de habilidades humanas essenciais e para o fortalecimento do senso de pertencimento e responsabilidade coletiva: “A universidade ganha relevância social quando exerce papel ativo na promoção de direitos humanos e inclusão” (Almeida Filho, 2011, p. 84). Isso foi percebido pelos estudantes, que reportaram maior empatia, sensibilidade e engajamento cívico após a vivência extensionista. Bauman (1999) aponta ainda que a responsabilidade social se expressa pela disposição de agir em favor do outro e de romper com a “indiferença moral” típica da sociedade líquida contemporânea. O contato com migrantes, ao humanizar o “outro”, provoca uma revisão de valores e a superação de preconceitos — aspecto citado diretamente pelos estudantes do programa.

A participação ativa em experiências extensionistas também promove o desenvolvimento da cidadania ativa, o que Borba et al. (2016) apontam como uma das principais contribuições das práticas extensionistas: “A extensão propicia a compreensão da complexidade social e o engajamento crítico dos alunos nos desafios coletivos.” De maneira semelhante, Santos (2018) propõe que projetos voltados à migração tornam mais visível a necessidade de políticas de educação inclusivas e o papel estratégico das universidades públicas na promoção de justiça social.

Por fim, a literatura internacional reforça a importância desse envolvimento. Astin e Sax (1998), em seu estudo clássico, mostraram que a participação estudantil em atividades de voluntariado universitário se traduz, a longo prazo, em maior engajamento comunitário e compromisso social duradouro.

Ao participarem de programas de extensão como o UFRR Comunidade, os estudantes relatam transformações em sua percepção de responsabilidade social, sentindo-se parte ativa de processos de mudança social. Isso dialoga com experiências observadas em diversos países e abordagens acadêmicas recentes, como o desenvolvimento da consciência cidadã e competências sociais, que como ressalta Bringle e Hatcher (2009), a extensão universitária, especialmente quando fundamentada

em projetos de engajamento comunitário, “promove o desenvolvimento de competências transversais e a construção de uma ética de responsabilidade social, ao unir teoria e prática em situações reais de aprendizagem”. Há consenso internacional de que o serviço à comunidade, quando orientado por reflexão (reflection), é capaz de transformar atitudes e fomentar valores cívicos duradouros (Bringle; Hatcher, 2009).

Ainda é interessante se observar as análises de conteúdo das respostas dos estudantes como base no aspecto de construção de identidade através da aprendizagem-serviço. Eyler e Giles (1999), em texto seminal, afirmam que a aprendizagem por meio do serviço (“service- learning”) gera impactos significativos na construção da identidade do estudante: “O envolvimento ativo do estudante com comunidades diversas amplia sua perspectiva, desenvolve empatia e reforça o sentido de agência social e responsabilidade ética.”

Conforme relatado, essa experiência como o programa ainda possibilita uma conexão entre universidade e desafios sociais contemporâneos, que Segundo Furco (2010), “a extensão universitária de qualidade requer não apenas a realização de projetos para a comunidade, mas o desenvolvimento de competências para atuar como agentes de mudança social”, ressaltando o papel estratégico da universidade em contextos de desafios globais, diversidade e direitos humanos.

Quando questionados sobre quais habilidades ou conhecimentos você adquiriu por meio do programa, obteve-se as seguintes respostas.

“De certa forma emprestei meus conhecimentos técnicos pela causa e recebi em troca a certeza de que ações como essa podem fazer a diferença na vida de alguém, ou seja, minha crença na força da educação só se fortaleceu” (entrevistado 1).

“Aprendi a exercitar a escuta ativa que é tão eficaz quanto a transmissão de algo, aprendi a ter postura e responsabilidade sobre o que eu transmitia para as outras pessoas, exercitei minha dicção e minha timidez perante o público. Também diria que aprendi com as pessoas que alcançamos, aprendi sobre a realidade da migração, das suas dificuldades dessas pessoas e do desafio que existe para democratizar o ensino para essas pessoas. Nesse programa tive a certeza de que a Universidade Federal de Roraima havia feito ali um

bom trabalho, e que mais ações como essa são necessárias, principalmente no contexto de Roraima (entrevistado 2).

[“Comunicação, o programa me permitiu aprender a me comunicar com diferentes públicos. Empatia, a presenciar novas realidades pude desenvolver a empatia para com o próximo. Planejamento estratégico, para poder atingir o objetivo final é necessário criar estratégias corretas e assertivas”] (entrevistado 3).

Podemos analisar o conteúdo das respostas dos entrevistados com bases em 3 categorias distintas, sendo:

- **Consolidação do Valor da Educação e do Engajamento Social:** A resposta do entrevistado 1 destaca a troca entre conhecimentos técnicos e experiência transformadora: ao contribuir com sua formação, reforçou a crença de que a educação pode ter um impacto real na vida de pessoas em vulnerabilidade. Bringle & Hatcher (2009) argumentam que experiências de extensão e engajamento cívico na universidade alicerçam o sentido de propósito e reforçam o significado social do conhecimento acadêmico, promovendo uma formação mais integral.
- **Desenvolvimento de Escuta Ativa, Responsabilidade Comunicativa e Sensibilidade Social:** O entrevistado 2 evidencia a aquisição de competências interpessoais e comunicativas: escuta ativa, postura ao falar em público, clareza na transmissão de conteúdos e superação da timidez. Seu relato também aponta para o aprendizado intercultural e a sensibilização em relação aos desafios enfrentados por migrantes. Segundo Deardorff (2006), o desenvolvimento da competência intercultural — incluindo a escuta ativa e abertura ao outro — é fundamental para a formação de profissionais preparados para atuar em sociedades diversas e desafiadoras. Além disso, a literatura reforça que o contato com contextos de vulnerabilidade amplia a consciência social dos estudantes, levando à internalização de valores como solidariedade e responsabilidade (Astin & Sax, 1998; Borba et al., 2016).
- **Comunicação Assertiva, Empatia e Planejamento Estratégico:** O entrevistado 3 aponta ganhos em comunicação com diferentes públicos, desenvolvimento da empatia por meio da vivência de outras realidades e aprimoramento em planejamento estratégico, fundamentais para execução de projetos

extensionistas. Hart, Northmore & Gerhardt (2009) explicam que a vivência extensionista não só contribui para desenvolver soft skills, como também fortalece a capacidade de organização e gestão, preparando os discentes para desafios profissionais e sociais mais complexos. De maneira coesa, Eyler & Giles (1999) defendem que projetos de aprendizagem-serviço promovem a articulação entre empatia, liderança e habilidades de solução de problemas — competências essenciais para o mundo do trabalho do século XXI e para a cidadania ativa.

As respostas analisadas demonstram que a participação em programas de extensão como o UFRR Comunidade contribui para a formação de profissionais reflexivos, éticos, comunicativos, empáticos e gestores de mudanças sociais. O desenvolvimento dessas habilidades é reconhecido não apenas como ganho acadêmico, mas como elemento formador de sujeitos ativos, críticos e comprometidos com o bem coletivo. Por fim, os estudantes e voluntários do programa foram questionados sua percepção, no sentido de que se as estratégias adotadas pelo Programa contribuem para a efetividade da responsabilidade social universitária na instituição e na comunidade local.

“O Programa UFRR Comunidade é uma ação institucionalizada da UFRR voltada a atender um grupo específico, os migrantes, os quais enfrentam sérias dificuldades ao adentrarem nosso país, dentre elas, a língua, falta de informação e formação, tudo isso, faz com que o acesso aos serviços públicos (educação e saúde, por exemplo), e também, à oportunidades de emprego seja mais difícil. Assim, vejo que as ações de Extensão vinculadas ao Programa UFRR Comunidade conseguem ser bastante assertivas em suas propostas e atividades, pois, são organizadas para atender a realidade prática do migrante que se encontra na cidade de Boa Vista. Essa iniciativa de sair da Universidade e levar serviços ao público, isso é responsabilidade social, sem dúvida, é uma das vias pelas quais a Universidade pública exerce sua missão” (entrevistado 1).

“Sim, no entanto, é preciso a criação de mais programas com o foco ao público que não possui livre acesso ao sistema educacional, seja por razões econômicas ou sociais, esses programas já existem, mas são minoria. Migrantes e pessoas em privação de liberdade são exemplos de pessoas que necessitam de ações da Universidade, da entrada de discentes e docentes

possam transmitir saberes, realizar rodas de conversa, instruir e criar oficinas. Ações como essa, por mais que sejam simples para os acadêmicos e professores, representam muito para quem não tem livre acesso à Universidade, pois estimula a vontade do aprendizado e de ingressar na graduação, que é uma forma de alcançar a ascensão social e melhorar a qualidade de vida” (entrevistado 2).

“Sim, pois é um meio de levar uma devolutiva para a sociedade e criar um vínculo mais estreito entre a universidade e a comunidade em geral” (entrevistado 3).

Como na análise anterior, podemos categorizar a percepção dos entrevistados, analisando o conteúdo de suas falas sob a perspectiva de três categorias, sendo elas:

- Extensão com foco em realidades emergentes e inclusão: os depoimentos destacam a assertividade e a pertinência do programa, por focalizar um grupo vulnerável (migrantes), reconhecendo e enfrentando barreiras como língua, desinformação e acesso restrito a direitos básicos. Segundo Macedo et al. (2019), ações extensionistas verdadeiramente eficazes são aquelas que partem de um diagnóstico realista das necessidades e atuam proativamente para reduzir desigualdades sociais. Isso é enfatizado na fala do entrevistado 1, ao citar a importância de sair do campus e atuar diretamente onde a demanda social é concreta — postura defendida por Furco (2010) como elemento central das políticas extensionistas de impacto.
- Democratização do conhecimento e valorização da diversidade: o reconhecimento de que a extensão deve atingir, prioritariamente, populações sem livre acesso às oportunidades educacionais — como migrantes ou pessoas em privação de liberdade — reafirma o papel da universidade como promotora da justiça social (Saltmarsh & Hartley, 2011). O entrevistado 2 evidencia que a atuação extensionista rompe barreiras, incentiva o ingresso na educação superior e estimula trajetórias ascensionais, o que se relaciona com defendido por Bringle & Clayton (2012): “Extensão eficaz se caracteriza não apenas por levar serviços à comunidade, mas por empoderar sujeitos e transformar expectativas de futuro”.

- Vínculo e devolutiva social: o terceiro entrevistado destaca como a extensão também cumpre uma função fundamental de devolutiva e responsabilidade pública, estreitando laços e criando vínculos orgânicos entre universidade e sociedade — um aspecto ressaltado no conceito de "civic university", que Hart, Northmore & Gerhardt (2009) definem como aquela que retorna de forma ativa e responsável o investimento social que lhe é concedido.

As estratégias do Programa UFRR Comunidade foram avaliadas como relevantes tanto do ponto de vista institucional quanto para o contexto local. Destacam-se a orientação para necessidades reais, a inclusão de excluídos no processo formativo, o incentivo ao protagonismo social e a visão da universidade como polo transformador. Essa atuação responde ao chamado contemporâneo pelo “engajamento público universitário” (Peric, Djuric & Vujicic, 2022), alinhando-se a padrões internacionais e às diretrizes brasileiras de responsabilidade social (FORPROEX, 2012; Macedo et al., 2019).

A análise SWOT evidencia que o programa UFRR Comunidade apresenta importantes pontos fortes, sobretudo por sua vinculação à missão institucional da universidade e pela capacidade de articular ensino, pesquisa e extensão em prol da integração de migrantes e refugiados. O caráter interdisciplinar e a formação cidadã proporcionada aos estudantes reforçam a função social da universidade e ampliam o alcance das práticas extensionistas. Além disso, as parcerias estratégicas com organismos internacionais, como o ACNUR, e com a Operação Acolhida, fortalecem sua legitimidade e ampliam sua capacidade de ação.

Por outro lado, o programa enfrenta fragilidades estruturais, especialmente no que se refere à dependência de recursos externos e à dificuldade de institucionalização. A ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação de impacto limita a mensuração dos resultados de longo prazo. Além disso, questões linguísticas e culturais representam barreiras adicionais que dificultam a plena inserção dos beneficiários e exigem maior adaptação metodológica por parte das equipes envolvidas.

Em relação às oportunidades, o programa possui grande potencial de se consolidar como referência nacional e internacional em responsabilidade social universitária no contexto amazônico, ampliando parcerias, fortalecendo redes e diversificando projetos. Entretanto, tais possibilidades se confrontam com ameaças

externas de caráter político, econômico e social: cortes no financiamento da educação e da extensão universitária, tensões sociais e manifestações de xenofobia em Roraima, além da sobrecarga das instituições locais diante da magnitude do fluxo migratório venezuelano.

Assim, a análise reforça que, embora o programa UFRR Comunidade apresente resultados expressivos e esteja alinhado ao papel social da universidade, sua consolidação depende de estratégias voltadas à sustentabilidade institucional, fortalecimento de redes de apoio e mecanismos de avaliação de impacto social, capazes de ampliar seu alcance e mitigar riscos futuros.

Quadro 8 – Análise SWOT do Programa UFRR Comunidade

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
Alinhamento com a missão social da UFRR e a Política Nacional de Extensão Universitária.	Limitações orçamentárias e dependência de recursos externos.
Caráter interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento.	Baixa institucionalização e risco de descontinuidade por mudanças de gestão.
Parcerias estratégicas (ACNUR, Operação Acolhida, organizações locais).	Dificuldades de acompanhamento sistemático e avaliação de impacto de longo prazo.
Impacto social perceptível na integração de migrantes e refugiados.	Barreiras linguísticas e culturais que dificultam participação plena.
Formação cidadã e prática dos estudantes, fortalecendo ensino-pesquisa-extensão.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
Ampliação de parcerias nacionais e internacionais para financiamento e visibilidade.	Contexto político e econômico com cortes em ciência, tecnologia e extensão.
Consolidação como referência em RSU no contexto amazônico e latino-americano.	Crescente xenofobia e tensões sociais ligadas ao fluxo migratório venezuelano.
Formação de redes com outras universidades amazônicas e latino-americanas.	Dependência de políticas públicas e organismos internacionais sujeitos à instabilidade.
Expansão de projetos de qualificação profissional e inserção socioeconômica de migrantes.	Sobrecarga das instituições locais diante da magnitude do fluxo migratório.

Fonte: Produzido pela autora(2025)

O programa UFRR Comunidade apresenta características que dialogam de maneira consistente com os princípios da Responsabilidade Social Universitária (RSU), sobretudo ao promover a integração social de migrantes e refugiados, estabelecer parcerias interinstitucionais, articular ensino-pesquisa-extensão e fomentar a cidadania ativa. Esses aspectos permitem afirmar que o programa materializa em grande medida aquilo que se espera de uma universidade socialmente responsável, atuando como agente de transformação social em um contexto marcado por vulnerabilidades extremas.

Contudo, também é possível reconhecer que alguns elementos ainda carecem de fortalecimento. Entre eles destacam-se: a necessidade de maior institucionalização das ações, de modo a garantir sua continuidade independente de mudanças de gestão; o

aprimoramento dos mecanismos de avaliação de impacto social e acadêmico, permitindo mensurar resultados de médio e longo prazo; e a ampliação das estratégias para superar barreiras linguísticas e culturais, que limitam a participação plena dos beneficiários.

Assim, embora represente um avanço significativo no campo da RSU, o programa pode ser aperfeiçoado em termos de sustentabilidade, monitoramento e inclusão, consolidando-se como um modelo de referência para outras universidades brasileiras e latino-americanas que enfrentam desafios semelhantes em contextos de migração e vulnerabilidade social.

Apesar do avanço das discussões sobre Responsabilidade Social Universitária (RSU), sua institucionalização ainda enfrenta dificuldades significativas, especialmente em universidades públicas localizadas em contextos de recursos escassos. A ausência de financiamento contínuo, a dependência de editais temporários e a rotatividade de gestores comprometidos com a pauta tornam as iniciativas frágeis e suscetíveis à descontinuidade (Almeida; Melo, 2022). Como resultado, a RSU muitas vezes não se consolida como uma política de caráter permanente, mas sim como um conjunto de experiências isoladas, fortemente condicionadas pelas conjunturas institucionais e políticas.

Outro desafio recorrente é a tendência de reduzir a RSU a ações pontuais de extensão ou a simples prestação de serviços à comunidade, sem promover transformações estruturais mais profundas no âmbito do ensino, da pesquisa, do currículo e da própria gestão universitária (Vasilachis de Gialdino, 2019). Nessa perspectiva limitada, a responsabilidade social acaba confinada ao campo da extensão, deixando de cumprir sua potencialidade como eixo articulador da missão universitária e como estratégia de integração crítica com a sociedade.

Além disso, parte da literatura crítica alerta para o risco de determinadas práticas de RSU assumirem um caráter assistencialista ou meramente simbólico, reproduzindo lógicas tradicionais de filantropia e caridade, em vez de estimular processos emancipatórios e colaborativos. Nessas situações, a relação universidade-sociedade tende a ser verticalizada, marcada pela unilateralidade da oferta de serviços, em detrimento do envolvimento comunitário autêntico e da construção coletiva de soluções para os problemas sociais (Silva; Farias; Santos, 2020; Banerjee, 2008), limitando o impacto de longo prazo das ações, fragilizando a legitimidade institucional e reduzindo a RSU a um discurso que, embora socialmente aceito, pouco contribui para transformações efetivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do programa de extensão “UFRR Comunidade: Pessoas Refugiadas e Migrantes” direcionada ao acolhimento e formação de migrantes venezuelanos em Boa Vista- RR, permitiu refletir sobre os caminhos e limites da efetivação da Responsabilidade Social Universitária (RSU) na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em um contexto de crise humanitária e vulnerabilidade socioeconômica na região amazônica.

O estudo evidenciou o papel central que a extensão pode desempenhar na promoção da responsabilidade social, inclusão e transformação tanto do público atendido quanto da comunidade acadêmica envolvida, no entanto demonstrou que, embora o programa represente um importante esforço institucional no acolhimento de migrantes venezuelanos, sua execução ainda revela tensões entre o ideal normativo da RSU e as práticas cotidianas da universidade.

Os relatos de gestores, docentes, discentes e voluntários indicam que o programa promove efeitos concretos na vida dos migrantes, ao mesmo tempo em que oferece experiências significativas de aprendizagem para os estudantes envolvidos. Revelando que as ações desenvolvidas estão diretamente conectadas à realidade local, respondendo a necessidades concretas como barreiras linguísticas, acesso restrito ao emprego e desafios sociais múltiplos enfrentados pelos migrantes. Como coloca Furco (2010), a extensão universitária relevante é aquela que “parte de um diagnóstico realista das demandas sociais e atua no enfrentamento de desigualdades, estabelecendo vínculos profundos entre a universidade e o território em que está inserida”.

Os depoimentos analisados destacam que o Programa UFRR Comunidade vai além da mera prestação de serviços, consolidando-se como espaço de experimentação, aprendizagem e inovação social. Estudantes relataram que o contato direto com contextos de vulnerabilidade lhes proporcionou avanços em comunicação, empatia, escuta ativa, liderança e pensamento crítico, contribuindo para a formação de habilidades essenciais ao exercício da cidadania e à atuação profissional em um mundo marcado pela diversidade e pela complexidade (Borba et al., 2016; Deardorff, 2006).

Conforme Eyler & Giles (1999), projetos de aprendizagem-serviço promovem a articulação entre empatia, resolução de problemas e autoconhecimento — elementos claramente identificados nesta pesquisa. Professores e coordenadores, por sua vez, apontaram a relevância do engajamento institucional e das parcerias intersetoriais para

ampliar o alcance e a efetividade das atividades, conforme salientam Bringle & Hatcher (2009): “A efetividade da extensão está em unir teoria e prática em experiências pautadas pela reflexão crítica e pelo diálogo com a comunidade”.

As entrevistas com coordenadores e organizadores do Programa UFRR Comunidade revelaram percepções convergentes sobre sua importância social e formativa. As falas destacam que o programa surgiu como uma resposta institucional à crise migratória venezuelana, num contexto de alta demanda social e escassa infraestrutura pública em Roraima. Para os coordenadores, a proposta da extensão se materializou como uma forma de “acolhimento”, “solidariedade institucional” e “compromisso humanitário”, refletindo os princípios da extensão crítica defendida por autores como Gohn (2015) e Vallaeys (2014).

Contudo, os relatos também apontam os limites institucionais enfrentados pela iniciativa. Foram mencionadas dificuldades recorrentes como a alta rotatividade dos beneficiários, a falta de recursos, a sobrecarga das equipes e a ausência de reconhecimento formal e orçamentário no interior da universidade. Uma das coordenadoras afirmou: “os projetos são muito bons, mas dependem muito de quem está à frente, não há uma política de continuidade”.

Essa observação remete à crítica feita por Serva e Dias (2016), ao analisarem que, muitas vezes, a responsabilidade social universitária é reduzida a práticas pontuais, fragilizadas por sua personalização e desarticulação com a gestão universitária. Em outras palavras, há uma tensão entre a RSU como diretriz institucional e a RSU como prática voluntarista, desvinculada de políticas estruturadas de ensino, pesquisa e extensão.

Importante ressaltar que o programa não apenas contribui para o atendimento direto das necessidades dos migrantes, mas também para a autoavaliação institucional da universidade, animando debates sobre seu papel social, sobre a democratização do acesso ao conhecimento e sobre a devolutiva pública à sociedade. A formação integral proporcionada por essas vivências extensionistas fortalece a missão da universidade pública, celebrando a diversidade, fomentando o protagonismo social e canalizando saberes para a promoção da justiça social. Como destaca Hart, Northmore & Gerhardt (2009), “a universidade cívica é aquela que retorna, de forma ativa e responsável, o investimento social que recebe, tornando-se polo dinamizador de cidadania”.

Em termos conceituais, os resultados reforçam as contribuições críticas de Vallaeys (2014, 2020), ao apontar que a RSU não pode se restringir à prestação de 80

serviços ou à lógica filantrópica, mas deve expressar-se na gestão democrática da universidade, na formação ética e cidadã, e na produção de conhecimento voltada à transformação social. A ausência de indicadores institucionais claros para avaliação dos impactos da extensão, assim como a descontinuidade do programa em determinados períodos, revela a fragilidade do compromisso ético-político necessário à consolidação da RSU como princípio estruturante da universidade pública.

Além disso, a pesquisa traz à tona a importância da escuta das comunidades atendidas, que nesta pesquisa não pôde ser efetivada pela rotatividade dos migrantes como elemento ético e metodológico central para uma extensão verdadeiramente dialógica, conforme propõe a Política Nacional de Extensão e o modelo de extensão crítica (FORPROEX, 2012; Vallaes, 2014).

No entanto, cabe reconhecer que a avaliação sistemática do impacto do programa apresenta desafios substantivos. Os processos avaliativos permanecem, em grande parte, qualitativos e impressionistas, apoiando-se em relatos, depoimentos e observação direta, com pouco uso de indicadores de impacto de médio e longo prazo. Além disso, a alta rotatividade do público-alvo migrante limita o acompanhamento dos desdobramentos das ações ao longo do tempo, dificultando a medição concreta de resultados como inserção laboral, continuidade na educação formal ou transformação das trajetórias de vida dos atendidos (Campos et al., 2019; Peric, Djuric & Vujicic, 2022).

Todavia, a ausência de um sistema de avaliação institucional dos impactos do programa, tanto para os migrantes quanto para os estudantes e docentes, limita sua capacidade de retroalimentar as políticas universitárias. Tal ausência é apontada por Vallaes (2020) como um dos principais entraves à consolidação da RSU em instituições de ensino superior da América Latina: sem indicadores claros e processos participativos de avaliação, não há avanço efetivo em direção a uma universidade ética e socialmente comprometida.

Em síntese, o programa “UFRR Comunidade” demonstra potencial para contribuir significativamente com a responsabilidade social universitária da instituição, sobretudo quando alicerçado em práticas participativas e em um diálogo efetivo com os sujeitos do território. Porém, para avançar rumo a uma universidade socialmente responsável, é preciso que iniciativas como esta sejam institucionalizadas, avaliadas de forma contínua e reconhecidas como parte estratégica da missão universitária.

5.1 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA PESQUISA

As evidências aqui reunidas reforçam o valor estratégico da extensão universitária como catalisadora de mudanças sociais e promotora da formação cidadã. A experiência do Programa UFRR Comunidade sugere que projetos fundamentados em diagnósticos participativos, com engajamento institucional e forte articulação com atores sociais externos, são mais efetivos tanto na promoção de inclusão social quanto no desenvolvimento de competências essenciais nos estudantes e na atualização de saberes docentes. Torna-se evidente que a universidade pode — e deve — sair dos seus muros para melhor cumprir sua missão social, assumindo um papel proativo no enfrentamento das desigualdades e na construção de sociedades mais justas.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

É necessário reconhecer o escopo restrito do estudo, marcado pelo foco qualitativo e por uma amostra limitada de sujeitos, o que dificulta a generalização dos resultados para outros contextos, regiões ou públicos. Além disso, as limitações inerentes ao processo avaliativo — especialmente a falta de indicadores de impacto longitudinal e de mecanismos de acompanhamento pós-atendimento — restringem a compreensão mais ampla dos efeitos sistêmicos do programa.

5.3 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Recomenda-se que futuras investigações incorporem abordagens metodológicas mistas, combinando análises qualitativas com instrumentos quantitativos de avaliação de impacto, favorecendo o monitoramento de trajetórias dos migrantes e dos estudantes extensionistas. Pesquisas comparativas entre diferentes públicos e modelos extensionistas também são indicadas, assim como estudos que explorem o alinhamento dos resultados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o fortalecimento de redes interinstitucionais para a ampliação do alcance e da sustentabilidade das ações.

Portanto, a experiência do Programa UFRR Comunidade reafirma que a extensão universitária, quando fundamentada em diagnóstico participativo, diálogo com os atores sociais e compromisso com a transformação social, consolida o papel da universidade pública como agente ativo de desenvolvimento. Essa perspectiva é compartilhada por autores como Vallaeys (2014), que defende a articulação da extensão como via de mão dupla entre universidade e sociedade; Serva e Dias (2016), ao enfatizarem a extensão como instrumento de responsabilidade social universitária; e Eidt e Calgaro (2021), que

destacam sua potência como catalisadora de práticas interdisciplinares, inclusivas e comprometidas com a equidade social.

Assim, ao se integrar às demandas da comunidade e promover ações transformadoras, a universidade brasileira se torna mais relevante, produtiva e sintonizada com seu tempo, em consonância com os princípios defendidos pelo SINAES e os marcos legais da educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil, ACNUR, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo_Versa%CC%83o-Online.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.
- ALI, W, FRYNAS, J. G., & MAHMOOD, Z. (2017). Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: A literature review. *Corporate Social Responsibility, and Environmental Management*, 24(4), 273-294. <https://doi.org/10.1002/csr.1410>.
- ALMEIDA FILHO, N. A universidade nova: desafios e possibilidades. Brasília: Editora UnB, 2011.
- ALMEIDA, Fernando; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Responsabilidade social universitária: um olhar crítico sobre sua institucionalização. *Revista GUAL*, v. 15, n. 2, p. 95–114, 2022.
- ANDRADE, M. L., & Silva, R. T. Extensão universitária e o compromisso social da educação superior. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 2015.
- ARROYO, M. G. Migração, diversidade cultural e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 2017.
- ASHLEY, P. A. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASTIN, A. W.; SAX, L. J. How Undergraduates Are Affected by Service Participation. *Journal of College Student Development*, v. 39, n. 3, p. 251–263, 1998.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, v. 34, n. 1, p. 51–79, 2008.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Conceição de Maria Pinheiro. FREIRE, José Célio. A responsabilidade social universitária na perspectiva do Sinaes: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio

de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 891-920, out./dez. 2011.

BATAGLIN, J. C. Barreiras e facilitadores da inovação social: estudo de casos múltiplos no Brasil. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERTO, Angela Barros Fonseca. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. Perspectiva online: Humanas & Sociais Aplicadas, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 3, n. 6, p. 16-25, 2013.

BOLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira da. Responsabilidade social no ensino superior. SARE: Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas, Valinhos, SP, v. 10, n. 10, p. 204-210, 2007.

BORBA, V. S.; CHAPANI, D. T.; MININ, G. P.; DOS SANTOS, J. D. C. Extensão universitária, formação e cidadania: perspectivas e desafios. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, 2016.

BOWEN, H. R. Social responsibilities of the businessman. New York: Harper & Row, 1953.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 1 set. 2024.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá

outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf?query=revogacao. Acesso em: 24 set. 2024.

BRINGLE, R. G.; CLAYTON, P. H. Civic Engagement and Service Learning. In: STEINBERG, K. S. (Ed.). *The SAGE Handbook of Service-Learning for Social Justice*. SAGE, 2012.

BRINGLE, R. G.; HATCHER, J. A. Innovative Practices in Service-Learning and Curricular Engagement. *New Directions for Higher Education*, n. 147, p. 37-46, 2009.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, Brasília, DF, v. 24, n. 36, p. 8-22, 2006.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior*, Brasília, DF, v. 23, n. 34, p. 13-27, 2005.

CAMPOS, L. F.; ALMEIDA, S. C.; TEIXEIRA, P. C. Desafios e potencialidades da extensão universitária em contextos de vulnerabilidade. *Revista Extensão em Debate*, 2(4), 2019.

CAREY, P., LIU, L., & QU, W. (2017). Voluntary corporate social responsibility reporting and financial statement auditing in China. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 13(3), 244-262. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2017.09.002>

CÁRITAS. Migração, refúgio e apátridas. Cáritas Brasileira, 20 dez. 2019. Disponível em: <http://caritas.org.br/area-de-atuacao/6>. Acesso em: 09 out. 2020.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, p. 497–505, 1979.

CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39–48, 1991.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business & society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CHARMAZ, K. *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. London: Sage, 2006.

CHAUÍ, Marilena de S. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência na sessão de abertura da 26. Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, MG, 5 de outubro de 2003. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, p. 1-11, 2003.

COSTA, F. L.; MARINHO, C. F. Extensão universitária e acolhimento de migrantes: práticas, desafios e perspectivas. *Cadernos de Extensão*, 21(1), 2022.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa . 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2014. E-book. pág.47. ISBN 9788565848893. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848893/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CRUZ, Rosilene Maria; PASSOS, Elizabete S. Inserção da responsabilidade social nas IES: caminhos para o desenvolvimento humano. In: ROCHA, N. M. F.; RABELO, P. F. R. (orgs.). Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social: fazendo recortes na multidisciplinaridade. Salvador: Fast Design, 2010. p. 117-137.

CUNHA, Miguel Pina e REGO, Arménio. As duas faces da mudança organizacional: planejada e emergente. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, v. 1, n. 2, jul./set. 2002. Citação: “Cunha (2012, p. 26)” — ajustada para o ano correto de publicação.

DEARDORFF, D. K. Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization. *Journal of Studies in International Education*, v. 10, n. 3, p. 241–266, 2006.

DEMO, Pedro. Educação e Transformação Social. Autêntica, 2004.

DENZIN, N.K.; Lincoln, Y.S. O planejamento da pesquisa qualitativa. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006.

DENZIN, Norman K. The research act: A theoretical introduction to sociological methods. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar. (Org.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão . Rio de Janeiro: Atlas, 2012. E-book. pág.37. ISBN 9788522484461.

Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522484461/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DURHAM, Eunice. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, Brasília, DF, v. 23, n. 34, p. 59-61, abr. 2005.

EIDT, Elise Cristina, CALGARO, Rosane. Responsabilidade social universitária: histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 89-111, mar. 2021.

ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1997.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1999.

EYLER, J.; GILES, D. E. *Where's the Learning in Service-Learning?* San Francisco: Jossey- Bass, 1999.

FARIAS, G. A.; Holanda, M. M. *A responsabilidade social corporativa como reflexo dos impactos convergentes dos objetivos no entorno organizacional*. DELOS: Desarrollo Local Sostenible, v. 18, p. e3564-30, 2025

FLICK, U. *Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa*. Bookman Editora, 2009.

FORPROEX. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: <https://www.forproex.org.br>. Acesso em: 02 de setembro 2024.

FRANÇA, L. R.; SANTOS, D. G.; RAMOS, M. Extensão universitária e formação cidadã: motivações e barreiras dos discentes. *Revista Interface*, 12(2), 2021.

FRANCO, M. A. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

FREIRE, S. & SANTOS, J. P. Competências interculturais e ações extensionistas na universidade. *Educação & Realidade*, 43(1), 2018.

FREITAS, A. L. M. *Extensão universitária no Brasil: as tramas de sua institucionalização no campo universitário (década de 1980 e 1990)*. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 151-168, 2012.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, 1970.

FURCO, A. The Engaged Campus: Toward a Comprehensive Approach to Public Engagement. *British Journal of Educational Studies*, v. 58, n. 4, p. 375–390, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina. *Avaliação institucional e acompanhamento de instituições de ensino superior*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

GIACOMETTO, T. S. et al. Parcerias institucionais e extensão: desafios para a universidade pública. *Revista Extensão em Foco*, 13(2), 2019.

GIL, Antonio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 7ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Gestão Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, p. 1679-1827, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de

Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

HART, A.; NORTHMORE, S.; GERHARDT, C. Auditing the Civic University: Monitoring the Impact of University-Community Engagement. *Higher Education Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 346-364, 2009.

HELLMANN, Gilmar José. Indicadores para avaliar a responsabilidade social nas instituições de ensino superior. *Revista da FAE*, Curitiba, PR, v. 12, n. 2, 2009

JUNQUEIRA, S. & HENRIQUES, E. Orçamento e Planejamento em Extensão: condicionantes para a sustentabilidade dos programas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 1, 2010.

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. *Reliability and Validity in Qualitative Research*. Beverly Hills: SAGE Publications, 1986.

KLEIN, A.; KETTLER, V. R.; ANGELONI, M. T. S.; STOBÄUS, C. D. A extensão universitária e a promoção do desenvolvimento humano: reflexões a partir de experiências extensionistas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 9, n. 3, p. 34-46, 2018.

KUH, G. D. High-Impact Educational Practices: What They Are, Who Has Access to Them, and Why They Matter. Washington, DC: Association of American Colleges and Universities, 2008.

LIMA, Suzana Maria Valle. *Mudança organizacional: teoria e gestão*. Rio de Janeiro: FGV, 1. ed., 2003. ISBN 978-85-225-0431-2. Citação: (Lima, 2003).

MACEDO, K. B.; OLIVEIRA, L. M. P.; FONSECA, J. T. de M. Produção extensionista e formação cidadã: impactos e novos desafios. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 10, n. 1, p. 60-74, 2019.

MESQUITA EIDT, Elise Cristina, CALGARO, Rosane. Responsabilidade social universitária: histórico e complexidade implícitos na constituição do conceito. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 89-111, mar. 2021.

MESQUITA, Rafael Fernandes de, Daniele Intravaia, Johannes de Oliveira Lima Júnior, Jannielton de Sousa Santos, Fátima Regina Ney Matos. DIVULGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESEMPENHO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Gestão e Desenvolvimento* | Novo Hamburgo | v. 17 | n. 1 | jan./abr.

2020.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFGM; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, 2001. p. 62.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 373-384, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200373&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 de março 2025.

PIRES, A. G. Financiamento e políticas de extensão universitária no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, 23(1), 2019.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Strategy and society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, v. 84, n. 12, p. 78–92, 2006.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Creating shared value. *Harvard Business Review*, v. 89, n. 1/2, p. 62–77, 2011.

RAY, Subhasis. Linking public sector corporate social responsibility with sustainable development: lessons from India. *RAM: Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, SP, v. 14, n. 6, nov./dez. 2013.

REIS, Antônio Ribas. Gestão da responsabilidade social: estudo em universidade da região metropolitana de Salvador. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

RIBEIRO, D. M. Políticas públicas e integração de imigrantes na educação básica.

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 28(109), 2020.

RIBEIRO, R. C.; MAGALHÃES, A. M. Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios. Educação, Sociedade & Culturas, nº 42, 2014, 133-156.

RIBEIRO, Wagner Leite. GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Avaliação de cursos a partir do SINAES: uma análise para melhoria da qualidade na Universidade Federal da Paraíba. Revista Educação em Questão, Natal, v. 57, n. 53, p. 1-26, e-17064, jul./set. 2019.

RISTOFF, D. Avaliação Institucional: afirmando valores. Revista Educação e Ensino-USF. Brasília. v. 5, n. 2, p. 13-21, dez., 2000. Disponível em: <<http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/>>. Acesso em: 20 março 2025.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. *A construção do conceito de extensão universitária na América Latina*. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2001. p. 18.

RODRIGUES, C. M. C.; RIBEIRO, J. L. D.; SILVA, W. R. A responsabilidade social em IES: uma dimensão de análise do Sinaes. *Revista Gestão Industrial*, Ponta Grossa, v. 2, n. 4, p.112-123, 2006. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/depgog/periodicos/index.php/revistagi/article/viewFile/97/94>>. Acesso em: 20 de março 2025.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANCHES, R. C. F.; RAPHAEL, H. S. Projeto Pedagógico e avaliação institucional: articulação e importância. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, SP, v. 11, n. 1, mar., 2006. p.103-113. Disponível em: <<http://www.mtm.ufsc.br/~raies/>>. Acesso em: 20 de março 2025.

SANTOS, B. S. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

SCHNEIDER, S.; SILVA, R. R. Desafios da extensão universitária em contextos periféricos. Revista Extensão em Foco, 10(1), 2015.

SCHWARTZ, Mark S.; CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: A three-

domain approach. *Business Ethics Quarterly*, v. 13, n. 4, p. 503–530, 2003.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: a three-domain approach. *Business Ethics Quarterly*, Cambridge, v. 13, n. 4, p. 503–530, Oct./Dec. 2003. DOI: <https://doi.org/10.5840/beq200313435>.

SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jefferson Aparecido. Responsabilidade social nas instituições de ensino superior: entre o biopoder e a biopolítica. *Revista Argumentum*, Vitória, ES, v. 17, p. 413-433, 2016 .

SILVA, Cleia Leimara Marinho. SILVA, Rosalia Maria Passos da. Responsabilidade Social: Uma Abordagem centrada em Universidades Públicas Brasileiras. *Rev. Psic.* V.15, N. 57, p. 562-576, Outubro/2021 – Multidisciplinar.

SILVA, E. M.; OLIVEIRA, E. C. Avaliação de alunos imigrantes e desafios para a inclusão. *Revista Intercâmbio*, 8(3), 2021.

SILVA, Flora Moritz da; MELO, Pedro Antônio de. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EM AMÉRICA DEL SUR, 10, 2010, Mar del Plata,

AR. Anais [...]. Mar del Plata, AR: INPEAU, dic. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97090>. Acesso em: 22 mar. 25.

SILVA, R. P. A; FARIAS, L. N. A e SANTOS, S. S. Disclosure de informação online sobre responsabilidade social universitária (RSU): uma evidência em instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas de maior prestígio acadêmico nacional. 2020.

SILVA, Fábio de Oliveira; FARIAS, Cristiano; SANTOS, Luana. Responsabilidade social corporativa e crítica: limites, contradições e possibilidades. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 5, p. 407–421, 2020.

SOSCHINSKI, Caroline Keidann. KLANN, Roberto Carlos. RODRIGUES, Moacir Manoel. Responsabilidade social corporativa e gerenciamento de resultados: uma perspectiva da cultura nacional. *BBR, Braz. Bus. Rev. – FUCEPE*, Espírito Santo, 22, e20231520, 2025.

VALLAEYS, François. La responsabilidade social universitaria: un nuevo modelo contra la mercantilización. *Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)*, México, v. 5, n. 12, p. 105-117, 2014.

VALLAEYS, François; CRUZ, Cristina de la; SASIA, Pedro M. Responsabilidad social: manual de primeros pasos. México: The McGraw-Hill Companies; Inter-American Development Bank, 2009.

VASCONCELOS, C. & LARA, M. F. Extensão universitária e compromisso social: desafios contemporâneos. *Extensão em Revista*, 14(2), 2017.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. Responsabilidad social universitaria: fundamentos, experiencias y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

VERHINE, Robert Evan. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>>. Acesso em: 20 de março 2025.

WAGENBERG, A. A urgência da responsabilidade social universitária. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, v. 24, n. 36, p. 55- 58, jun. 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, SP, v. 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.

WOOD, Donna J. Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 4, p. 691–718, 1991.

ZELINSKY, Wilbur. Declining Dixie: Regional Identification in the Modern American South. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 4, p. 515-532, 1980.

ZITTEI, M. V. M.; CORREA, R. Responsabilidade social: análise comparativa do desempenho socioambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis*, v. 5, n. 2, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Estrato A - Coordenadores e Organizadores do Programa ou ação vinculada ao programa:

1. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação e execução do programa?
2. Como o programa é estruturado para atender às necessidades dos migrantes venezuelanos?
3. Como é avaliado o impacto do programa na comunidade e nos participantes?

Estrato B - Participantes do Programa (migrantes Venezuelanos):

1. Como você ficou sabendo do programa "Comunidade" e o que o motivou a participar?
2. Quais atividades do programa você considera mais úteis ou impactantes?
3. De que maneira o programa contribuiu para sua integração e desenvolvimento pessoal em Boa Vista?
4. Quais mudanças você percebeu em sua vida desde que começou a participar do programa?

Estrato C- Voluntários e Estudantes Envolvidos

- 1-O que motivou você a se envolver com o programa "UFRR Comunidade"?
- 2-Como sua participação no programa influenciou sua percepção sobre responsabilidade social?
- 3-Na sua percepção as estratégias adotadas pelo programa ou ação, contribuem para a efetividade da responsabilidade social universitária na instituição e na comunidade local?
- 4-Quais habilidades ou conhecimentos você adquiriu através do programa?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA UFRR COMUNIDADE PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA DA INSTITUIÇÃO**” sob a responsabilidade da pesquisadora: Francilene Cardoso da Silva. Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória. Você pode se recusar a participar ou a qualquer momento poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para o pesquisador.

O objetivo deste estudo é analisar como a responsabilidade social universitária se manifesta nas práticas extensionistas da Universidade Federal de Roraima, por meio do programa “UFRR Comunidade”, considerando seu contexto regional..

Sua participação nesta pesquisa será ofertando dados que serão coletados através de entrevista semiestruturada e um roteiro flexível, a pesquisa objetiva entender compreender a fundo as percepções dos entrevistados em suas múltiplas dimensões. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os Coordenadores, Organizadores, Voluntários e Participantes do Programa UFRR ComUnidade.

Esta pesquisa se justifica no seguinte contexto: Investigar a manifestação da responsabilidade social universitária (RSU) por meio do programa de extensão "UFRR Comunidade", desenvolvido pela Universidade Federal de Roraima , que atende migrantes venezuelanos em Boa Vista, diante de uma crise humanitária e de migração forçada. A pesquisa se justifica por seu potencial impacto prático, social, institucional e acadêmico.

Os potenciais riscos relacionados com a sua participação serão, de no máximo, desconforto e/ou constrangimento ao responder a entrevista, porém, ações minimizadoras para reduzi-los serão a garantia de local reservado e liberdade para não responder questões que considerar constrangedoras. Lembrando que você terá liberdade de recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem sanção ou prejuízo de qualquer natureza.

Os potenciais benefícios relacionados com a sua participação não serão benefícios diretos, mas contribuirão de forma indireta para possíveis melhorias na Comunicação de Interesse Público e Responsabilidade Social.

O estudo visa gerar conhecimento científico sobre o tema, e espera-se que os dados e percepções obtidos sirvam como base para aprimorar a reflexão sobre a maneira como esses meios de comunicação universitários têm abordado a produção de conteúdos, ao mesmo tempo, que informam, educam e promovem o engajamento social, em alinhamento com suas funções e responsabilidades institucionais.

Todas as informações coletadas neste estudo são confidenciais e utilizadas apenas para esta pesquisa. A pesquisadora garante manter o sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, você não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa e sua participação ou para qualquer outra informação, agora ou a qualquer momento, por favor entre em contato com o pesquisadora responsável: Francilene Cardoso da Silva, no endereço: Rua P, n.º 97, bairro Cidade Satelite; E-mail: francilene.cardoso@ufpe.br e celular n.º (95) 99167-5209 (ligação e whatsapp).

Eu, _____ concordo e aceito participar desta pesquisa como voluntário(a). Fui informado(a) e entendi sobre os objetivos, como será a minha participação e os possíveis riscos e benefícios desta pesquisa.

Este documento será elaborado em duas vias originais. Você e a pesquisadora assinarão as duas vias originais deste documento. Você receberá uma via deste documento, assinada por você e pelo pesquisador, para levar com você.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Boa Vista/RR, ____de____de 2025.